

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO CONAB Nº 90.001/2026

PROCESSO Nº 21453.000267/2024-24

TIPO: MENOR PREÇO - VALOR GLOBAL

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**, mediante a Pregoeira designada pelo Ato de Superintendência Sureg RS nº 29/2025, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, Critério de Julgamento **MENOR PREÇO**, no modo de **DISPUTA ABERTO**, sob a forma de **EXECUÇÃO INDIRETA**, por empreitada por **PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

O procedimento licitatório se dará na forma da Lei nº 13.303/2016, do Decreto 10.024/2019 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conab/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/normas-da-organizacao/institucional/10-901_regulamento_rlc_30-12-2024_3versao4.pdf, bem como, subsidiariamente, de outras leis e normas aplicáveis ao certame, inclusive Lei Complementar nº 123, de 2006, e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 19/05/2026 (previsão)

HORÁRIO: 09:00 (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 135315

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para Contratação de pessoa jurídica para recuperação de danos na cobertura da Unidade Armazenadora de Canoas da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento, empresa pública federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, localizada na Rua Santo Antônio, nº 465 - Bairro Mato Grande - Canoas/RS).

1.2. A licitação será de item único, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico, Anexo I deste Edital.

1.3. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes **deste Edital, prevalecerão as últimas.**

2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados:

2.1.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;

2.1.2. Que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, bem como perante o Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG do Ministério da Economia, por meio do sítio www.gov.br/compras.

2.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2.1. Caberá a licitante interessada em participar deste pregão eletrônico, credenciar-se previamente no Sicaf.

2.2.2. O cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Conab responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.3. Além do credenciamento mencionado, para se ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.4. Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante credenciada assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações exigidas pela plataforma do sistema de Compras Governamentais, conforme descreve o item 10.4.6 deste Edital.

2.5. Estará impedida de participar deste pregão:

- 2.5.1.** A empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab, nos termos do art. 38, inciso I, da Lei nº 13.303 de 2016;
- 2.5.2.** A empresa suspensa pela Conab, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 13.303 de 2016;
- 2.5.3.** A empresa declarada inidônea pela União (unidade federativa a qual se encontra vinculada à Conab), enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos do art. 38, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;
- 2.5.4.** A empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso IV, da Lei nº 13.303 de 2016;
- 2.5.5.** A empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso V, da Lei nº 13.303 de 2016;
- 2.5.6.** A empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VI, da Lei nº 13.303 de 2016;
- 2.5.7.** A empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VII, da Lei nº 13.303 de 2016;
- 2.5.8.** A empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União (unidade federativa a qual se encontra vinculada a Conab), nos termos do Artigo 38, inciso VIII, da Lei nº 13.303 de 2016.
- 2.5.9.** Os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 2.5.10.** A sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.5.11.** A empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;
- 2.5.12.** As entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 2.5.13.** O próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- 2.5.14.** A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade ministerial vinculada à Conab, dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- 2.5.16.** Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses;

3. DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA E DE SUA VERSÃO ESCRITA

- 3.1.** A licitante deverá registrar proposta de preços eletrônica, exclusivamente por meio do sistema Portal de Compras do Governo Federal, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 3.1.1.** Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 3.1.2.** Todas as referências de tempo dispostas no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 3.1.3. Os modelos de planilhas deverão ser solicitados previamente para a Conab por meio do endereço eletrônico rs.cpl@conab.gov.br**
- 3.2.** A licitante deverá informar em sua proposta de preços eletrônica, **o valor total global (total geral)**, conforme Anexo X do Projeto Básico.
- 3.3.** A licitante deverá cotar o preço do objeto licitatório em moeda nacional.
- 3.4.** A licitante deverá consignar o valor da proposta já considerados inclusos todos os custos operacionais, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta licitação e que influenciem na formação do preço da proposta.
- 3.4.1.** O valor da proposta não poderá ultrapassar o valor de Referência disposto no Projeto Básico, Anexo I deste Edital.
- 3.5.** Por ocasião do registro de sua proposta de preços no site do Portal de Compras do Governo Federal, a licitante deverá realizar as declarações previstas no item 2.4. assinalando, para tanto, os campos específicos do sistema eletrônico em apreço.
- 3.6.** Quando couber, a licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema, se o serviço ofertado se enquadra em algum critério de margem de preferência, caso haja indicação, neste aspecto, Projeto Básico, Anexo I deste Edital.
- 3.7.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.
- 3.8.** As propostas eletrônicas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 3.8.1.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa na desclassificação da sua proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 3.9.** A proposta elaborada em desacordo com este edital e anexos poderá ser desclassificada, após observado o disposto no item 20.3 deste Edital.
- 3.10.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 3.11.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.12.** Após a fase de lances, a licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema, até a data e o horário estabelecidos na convocação pela Pregoeira, a versão escrita da proposta de preços.
- 3.13.** O encaminhamento eletrônico da versão escrita da Proposta de Preços da licitante vencedora, para a apresentação conforme item 9.1 deste Edital, deverá conter, em especial, as seguintes informações:
- 3.13.1.** Especificações do serviço, conforme apresentado no Projeto Básico, Anexo I deste Edital e Modelo de Apresentação de Proposta - Anexo X do Projeto Básico.
- 3.13.1.1.** No preenchimento da Proposta a Contratada deverá considerar o disposto no Projeto Básico, Anexo I deste Edital, em especial os itens 4, 11, 13 e 14, e planilhas anexas. (Os modelos de planilhas deverão ser solicitados previamente para a Conab por meio do endereço eletrônico rs.cpl@conab.gov.br)
- 3.13.2.** O preço em algarismos.

3.13.3. Prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias.

3.13.4. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários à prestação dos serviços objeto deste pregão, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

3.13.5. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, endereço eletrônico, site, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento. conferir se isso está no modelo de proposta.

3.14. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada pelo representante legal da licitante.

3.15. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.16. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital, serão encaminhados pela licitante melhor classificada, após o encerramento do envio de lances, na forma disposta nos itens 9 e 10.

3.17. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.gov.br/compras.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão atender, para tanto, as exigências e requisitos do Sistema Compras Governamentais.

5. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão registrar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão, bem como as regras e procedimentos estabelecidos no Sistema Compras Governamentais.

5.3. As licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de, no mínimo, 0,50 % (zero vírgula cinquenta por cento).

5.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação das licitantes.

5.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

5.8. A etapa de envio de lances na sessão, sob o modo de disputa aberto, durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.8.2. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação, a sessão pública será encerrada automaticamente.

5.9. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

5.10. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, e mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada será considerado empate ficto, ao que se procederá da seguinte forma:

6.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, poderá ser adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

6.3.2. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma do item 6.3.1, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita no item 6.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item 6.3.1.

6.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 6.3, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

6.3.4. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

6.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 6.3, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

7. DA NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a pregoeira deverá, via sistema encaminhar contraproposta diretamente

à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8. DA DESCONEXÃO

8.1. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, **ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.**

8.2. Se ocorrer a desconexão da pregoeira no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3. No caso da desconexão da pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da pregoeira, aos participantes, no sítio www.gov.br/compras.

9. DO ENVIO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá encaminhar eletronicamente a versão escrita de sua Proposta de Preços** adequada ao último lance e à negociação realizada, na forma dos itens 3.13 e 3.14 deste Edital, **em até 24 (vinte e quatro) horas** após a solicitação da Pregoeira, preferencialmente em arquivo único, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema do Portal de Compras do Governo Federal.

9.1.1. O valor global de referência, o valor de cada serviço da Planilha Orçamentária Sintética (Orçamento de Referência) e os valores das etapas previstas no cronograma físico-financeiro de referência são considerados como limites máximos aceitáveis e em nenhuma hipótese serão aceitas propostas com valores acima destes limites;

9.1.2. Os modelos de planilhas deverão ser solicitados previamente para a Conab por meio do endereço eletrônico rs.cpl@conab.gov.br

9.1.3. Em conjunto com a versão escrita da Proposta de Preços, adequada ao último lance, a licitante detentora da melhor oferta também deverá encaminhar eletronicamente, os documentos que comprovem sua condição de habilitação, nos moldes do que determina o item 10, no mesmo prazo e forma estipulados no item 9.1.

9.1.4. Havendo a aceitação da proposta e habilitação da licitante, e caso solicitado pela pregoeira, os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio do sistema Portal de Compras do Governo Federal deverão ser encaminhados fisicamente à Conab, na forma estabelecida no item 10.1.1.

9.1.5. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.2. Encaminhada a proposta, a pregoeira, **pelo critério de menor preço global**, a examinará, em conjunto com a área demandante, quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado constante no Projeto Básico, a sua exequibilidade e quanto ao preenchimento dos requisitos de habilitação.

9.2.1. Com vistas à análise da proposta de preços e dos documentos habilitatórios referenciados no item 10, a Pregoeira poderá suspender a sessão do certame, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.3. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Conab ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar a sua decisão.

9.4. Será considerada aceita a proposta de preços da licitante que oferecer **o menor preço**, conforme disposto no item 9.2 e que atender as exigências editalícias.

9.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.6. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.6.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que apresente preço simbólicos, irrisórios, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.7. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas de anexos ou dados não exigidos neste Edital, tais como: "condições gerais", "cláusulas contratuais" etc.

9.8. Se o lance ou a proposta de menor preço não for aceito ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará o lance ou proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um lance ou proposta que atenda ao Edital.

9.9. Ocorrendo a situação a que se refere o item 9.8, a pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes da Pregoeira passar à subsequente, deverá ser procedida nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.11.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

9.11.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído.

9.11.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.11.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.11.4.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.11.4.1.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, Território do estado em que se localize;

9.11.4.1.2. empresas brasileiras;

9.11.4.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.11.4.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

9.11.4.2. As regras previstas no neste item 9.11 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, a licitante detentora da melhor proposta ou lance, encaminhará, via sistema, na forma do item 9.1, os documentos de habilitação, em conjunto com a Proposta de Preços adequada ao último lance.

10.1.1. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os documentos originais ou cópias autenticadas referentes à habilitação enviada via sistema do Portal de Compras do Governo Federal, juntamente a Proposta de Preços atualizada, **caso sejam solicitados pela pregoeira**, deverão ser encaminhados, num prazo de 48 horas após a solicitação, à Pregoeira da Conab/RS/ Comissão de Licitação, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, nº 57, Porto Alegre/RS – CEP: 90570-142.

10.2. A habilitação da licitante será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e dos documentos complementares elencados no item 10.4.

10.3. A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos itens 10.4.1, 10.4.2 e 10.4.3 **quando os registros no Sicaf correlatos a estes documentos estiverem válidos, completos e regulares.**

10.4. Para a habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os seguintes documentos complementares, observando-se, para tanto, a exceção prevista no item 10.3:

10.4.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

10.4.1.1. Sendo empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.4.1.2. Sendo microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

10.4.1.3. Sendo sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

10.4.1.4. Sendo sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

10.4.1.5. Sendo microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.

10.4.1.6. Sendo empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

10.4.1.7. Sendo Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o Art. 107 da Lei 5.764/1971.

10.4.1.8. Sendo participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.4.1.9. Os documentos elencados nos itens 10.4.1.1 a 10.4.1.8 deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

10.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.2.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei.

10.4.2.5. Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.4.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Lei nº 12.440/2011).

10.4.2.7. As microempresas, empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4.2.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis - cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação - prorrogáveis por igual período, a critério da Conab e a pedido justificado da licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4.2.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no item 10.4.2.7.1 implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Conab convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação de cada item, para assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

10.4.3. Relativos à Qualificação Econômico - Financeira:

10.4.3.1. Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

10.4.3.1.1. A certidão, referida no item 10.4.3.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

10.4.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.4.3.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e

demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

10.4.3.2.2. Será considerada boa a situação financeira da licitante, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

LG= $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

SG= $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

LC= $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

10.4.3.2.2.1. A licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, por meio de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.4.4. Relativo à Qualificação Técnica, apresentar:

10.4.4.1. Registro junto ao CREA ou ao CAU. Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome da Licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços constantes do objeto da contratação, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da sede da proponente;

10.4.4.1.1. No caso de a proponente ter a sua sede fora da jurisdição do Rio Grande do Sul deverá providenciar registro ou visto no CREARS ou CAU-RS, na hipótese de sagrar-se vencedora da licitação;

10.4.4.1.2. As certidões de registro no CREA ou CAU emitidas via internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (internet);

10.4.4.2. Atestado de capacidade técnica. Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica ou de Acervo técnico (CREA ou CAU), fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente identificadas, em nome da Licitante, comprovando que a empresa tenha realizado obras e/ou serviços de engenharia de características técnicas e de tecnologia de execução compatível (em características, quantidades e prazos) envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação; Devendo ser comprovada as metragens das instalações:

10.4.4.2.1. Projeto e execução de construção ou recuperação de coberturas metálicas de área igual ou superior a 500m².

10.4.4.2.2. Os atestados, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações: Descrição das características técnicas, quantitativos das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato; Data de emissão; Menção aos documentos de responsabilidade técnica expedidos (ART/RRT) em razão das obras ou serviços executados;

10.4.4.2.3. O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.4.4.3. Atestado de capacidade técnica do responsável técnico. A licitante deverá apresentar, além do atestado de capacidade técnica da própria empresa, documento que comprove que o profissional a ser indicado como responsável técnico possui experiência na execução de serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto licitado. Essa comprovação deverá ser feita mediante Atestado(s) e Acervo Técnico, acompanhado das respectivas ARTs (CREA) ou RRTs (CAU), em nome do profissional, referentes a:

10.4.4.3.1. Projeto e execução de construção ou recuperação de coberturas metálicas de área igual ou superior a 500m².

10.4.4.3.2. Os atestados, para serem aceitos deverão ter as seguintes informações: Descrição das características técnicas, quantitativos das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato; Assinatura do representante legal da contratante; Data de emissão; Menção aos documentos de responsabilidade técnica expedidos (ART/RRT) em razão das obras ou serviços executados;

10.4.4.3.3. O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.4.4.4. Comprovante de que possui, em seu **quadro pessoal**, profissional legalmente habilitado (Engenheiro ou Arquiteto e Urbanista) com as atribuições necessárias ao projeto (projeto de construção ou recuperação de coberturas metálicas), devidamente registrado no respectivo conselho profissional (CREA-RS ou CAU-RS), apto a executar serviços no estado do RS (aceito visto profissional, quando registro originário de outro estado) O U **Declaração** de contratação futura, de que se comprometa a contratar profissional, com a capacidade técnica e atribuições solicitadas antes da assinatura do contrato.

10.4.4.4.1. A prova da condição de integrante do quadro da empresa LICITANTE será feita:

10.4.4.4.1.1. No caso de sócio, por meio do contrato social e sua última alteração; no caso de empregado permanente, através de cópia das anotações da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ou de qualquer outro documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria.

10.4.4.4.1.2. No caso de profissional contratado nos termos da legislação comum, mediante apresentação da cópia do contrato (Acórdão TCU rf 597/2007);

10.4.4.4.1.3. No caso de responsável técnico, pela certidão de registro;

10.4.4.4.1.4. No caso de contratação futura, pela declaração de contratação futura do(s) profissional(is) para prestação de serviço, firmada pelas partes.

10.4.4.5. Declaração de Vistoria ou Não Vistoria : Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, assim como para análise das ações necessárias para a perfeita prestação dos serviços sugere-se que seja realizada vistoria prévia por parte da empresa interessada.

10.4.4.5.1. É altamente recomendado que a vistoria seja realizada para que o interessado tenha total conhecimento das obrigações e responsabilidades que poderá assumir, e para que possa participar do processo de contratação com valores compatíveis e com a realidade da obra.

10.4.4.5.2. A visita de vistoria poderá ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das das 8h às 11h e das 14h às 16h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (51) 3314-4190;

10.4.4.5.3. Para a vistoria, o interessado, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado;

10.4.4.5.4. Considerando a faculdade da realização da vistoria, os interessados não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto;

10.4.4.5.5. Realizada a vistoria, a empresa interessada deverá assinar a Declaração, anexo VIIA do Projeto Básico, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Conab.

10.4.4.5.6. Não realizada a vistoria, a empresa interessada deverá assinar Declaração, anexo VIIB do Projeto Básico, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade pela sua opção e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Conab.

10.4.5. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

10.4.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971.

10.4.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

10.4.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

10.4.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107.

10.4.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

10.4.5.6. A última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.4.5.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.4.5.7.1. ata de fundação;

10.4.5.7.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.4.5.7.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.4.5.7.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.4.5.7.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.4.5.7.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

10.4.6. Declarações a serem enviadas via sistema Compras Governamentais - o qual gerará um Relatório de Termos de Aceite, referentes à:

10.4.6.1. Condições de participação:

10.4.6.1.1. Manifestando ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10.4.6.1.2. Declarando que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

10.4.6.2. Declarações para fins de habilitação:

10.4.6.2.1. de atendimento aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório

10.4.6.2.2. de inexistência de impedimento à habilitação do fornecedor e de que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

10.4.6.2.3. de cumprimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

10.4.6.2.4. de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.4.6.2.5. de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

10.4.6.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

10.4.6.3.1. de observação aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento ao disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

10.4.6.3.2. de cumprimento à reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

10.4.6.4. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (Declaração válida apenas para cooperativas):

10.4.6.4.1. Manifestando participação da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.4.6.5. Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006, se for o caso.

10.5. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), a pregoeira, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros.

10.5.1. Sicaf, verificando, ainda, a composição da empresa neste sistema, a fim de se certificar se entre os proprietários ou sócios há empregados da Conab.

10.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

10.5.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.5.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu proprietário ou sócio majoritário, por

força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5.6. Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.6. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por empregado da CONAB mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.

10.7. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital, considerando-se, para tanto, o disposto nos itens editalícios 20.3 e 20.4.

10.8. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital, observado o disposto no item 9.10.

10.9. Será considerada vencedora deste pregão a licitante que oferecer o **menor preço** e que atender as exigências editalícias, referentes à proposta de preços e à habilitação.

10.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a interessada às sanções previstas na Lei.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Declarada a vencedora, o Sistema abrirá o prazo mínimo de 10 minutos para a licitante manifestar sua intenção de recurso quanto ao julgamento da proposta e, na sequência, novo prazo mínimo de 10 minutos para manifestar intenção recursal quanto à habilitação, período durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar distintamente sua intenção de recurso quanto ao julgamento e à habilitação.

11.1.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, objetivamente, contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, delineando o fato e o direito que a licitante deseja ver revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

11.1.2. O Sistema processará automaticamente a intenção de recurso, aceitando-a, em campo próprio do sistema.

11.1.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita pelo sistema deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.1.4. A falta de apresentação das razões recursais no prazo estabelecido no sistema importará a decadência desse direito e autorizará o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedora.

11.1.5. Qualquer recurso contra a decisão da pregoeira não terá efeito suspensivo.

11.1.6. Para efeito do disposto no art. 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação, na Sede da Conab-Sureg/RS – Rua Quintino Bocaiúva, nº 57, Bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre/RS, CEP 90570-142.

11.1.7. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.2. Os recursos rejeitados pela pregoeira serão apreciados pela autoridade competente, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

11.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11.5. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pelo autoridade competente que autorizou a deflagração do processo licitatório, na forma da legislação vigente e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

11.6. A homologação da licitação será realizada pela autoridade competente.

11.7. O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente à licitante vencedora.

12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por contrato, anexo II deste Edital, celebrado entre a Conab e a licitante vencedora, que observará os termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e das demais normas pertinentes.

12.2. A licitante vencedora será convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, celebrar o termo de contrato.

12.3. Antes da contratação, será realizada consulta ao CADIN – Cadastro Informativo dos Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal, nos termos do inciso III do artigo 6º da Lei nº 10.522/2002. A comprovação de regularidade da licitante será juntada aos autos do processo.

12.4. Antes da assinatura do contrato, serão consultados: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU. As comprovações de regularidade da licitante serão juntadas aos autos do processo.

12.5. Se a licitante vencedora não fizer a comprovação referida nos itens 12.4 e 12.4 ou recusar-se a assinar o contrato, será convocada outra licitante para celebrar o contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.6. A licitante vencedora deverá manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação consignadas neste edital.

12.7. O detalhamento dos serviços, a forma de prestação, o recebimento dos serviços objetos deste certame, o prazo, o local de sua execução e o reajuste encontram-se previstos nos Anexos I do Edital.

13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização das obrigações das partes serão realizadas na forma apresentada no Projeto Básico e na minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONAB

14.1. As obrigações da Conab se encontram previstas no Projeto Básico e na minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

14.2. Compete a licitante verificar as obrigações da Conab nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua proposta de preços.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da Contratada se encontram previstas no Projeto Básico e na minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

15.2. Compete a licitante verificar as obrigações da Contratada nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento pelos serviços descritos neste Edital e seus anexos será processado na forma estabelecida no Projeto Básico e na minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As sanções administrativas referentes à execução contratual são aquelas previstas no Projeto Básico e na minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

17.2. Compete a licitante também verificar, no anexo mencionado, quais são as sanções administrativas cabíveis no caso de irregularidades na fase licitatória, perpetradas pelos seus participantes.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para a Conab por meio do Programa de Trabalho **229526**, Natureza de Despesa 33.90.39-17, Fonte 1000A002SE, Plano Interno **RECUPERA UN**.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

19.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o Edital deste Pregão mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico: **rs.cpl@conab.gov.br**, até às 17 horas (horário de Brasília-DF).

19.1.1. A Pregoeira, auxiliada por sua equipe e pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**.

19.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados à Pregoeira até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico: rs.cpl@conab.gov.br

19.3.1. A Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis.

19.4. As respostas prestadas pela Pregoeira às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhadas nos autos do processo licitatório, enviadas por e-mail aos solicitantes, publicadas no site da Conab e disponibilizadas no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal, para consulta dos interessados.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por considerá-lo inoportuno ou inconveniente e por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.1.1. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

20.1.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

20.2. É facultado a pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.2.1. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência.

20.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão eletrônico.

20.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.6. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste pregão.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Conab.

20.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste edital, prevalecerão aquelas.

20.9. As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

20.10. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Conab, sem prejuízo do disposto no inciso I, do artigo 245, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

20.11. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.12. O edital e seus anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: www.gov.br/compras e www.conab.gov.br. O edital, ainda, poderá fornecido pela Conab - Sureg/RS: Rua Quintino Bocaiúva, nº 57, Porto Alegre/RS, CEP: 90.570-142, por meio da pregoeira, devendo para isso o mesmo recolher junto ao Banco do Brasil, o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, em nome da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, a ser emitida através do site www.stn.fazenda.gov.br (SIAFI/GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO/IMPRESSÃO DE GRU), Unidade Gestora - UG: 135315 - Gestão: 22211, Código de Recolhimento n.º 28830-6.

21. DO FORO

21.1. Para dirimir as questões oriundas desta licitação, e que não puderem ser solucionadas administrativamente, é competente o juízo da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

22. DOS ANEXOS

22.1. Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Projeto Básico

original assinado

ROSANA MARIA SEIBERT DOS SANTOS MARÇAL

Pregoeira

ANEXO I DO EDITAL - PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. O presente projeto básico trata das especificações técnicas dos materiais e procedimentos de execução para contratação de empresa para recuperação de danos na cobertura da Unidade Armazenadora de Canoas da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento, empresa pública federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, localizada na Rua Santo Antônio, nº 465 - Bairro Mato Grande - Canoas/RS). Esta recuperação consiste:

1.1.1. na troca de telhas e cumeeiras, e reafixação de elementos no telhado da Unidade Armazenadora de Canoas/RS.

1.2. A referida Unidade Armazenadora consiste em um armazém convencional (galpão industrial) para armazenamento de produtos alimentícios ensacados e/ou paletizados. O imóvel faz parte da rede armazenadora da Conab, necessária às diversas operações relativas às políticas agrícolas e de abastecimento do Governo Federal.

1.2.1. O presente Projeto Básico tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para, consoante legislação e normativos citados, realizar as seguintes intervenções na Unidade Armazenadora de Canoas/RS:

1.2.2. Elaboração de Projeto Executivo;

1.2.3. Remoção de telhas, rufos e cumeeiras danificadas;

1.2.4. Remoção de telhas translúcidas para substituição por telhas metálicas no lanternim;

1.2.5. Limpeza, lixação e pintura de passivação na estrutura metálica exposta abaixo das telhas e demais elementos removidos;

1.2.6. Instalação de telhas e cumeeiras nos locais indicados;

1.2.7. Troca de parafusos danificados em telhas metálicas (reafixação de telhas).

1.2.8. Troca de telhas de fibrocimento danificadas nos edifícios auxiliares da Unidade (almoxarifado, higienização de paletes e "sala de aquecimento").

2. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

2.1. Após forte temporal na região metropolitana de Porto Alegre/RS, constataram-se danos na cobertura da UA-Canoas, principalmente em relação ao desprendimento de telhas, algerosas e cumeeiras.

2.2. Faz-se necessária a troca imediata das peças danificadas considerando a suscetibilidade a novos danos e desprendimento de telhas, bem como o risco de infiltrações consideráveis de águas pluviais na estrutura e possibilidade de perdas de produtos armazenados no local.

2.3. Referidos serviços podem ser enquadrados como serviços comuns de engenharia, a serem contratados via modalidade pregão eletrônico, conforme previsto no Artigo 3º, Inciso LXXIV, e Artigo 292º do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB - RLC, no modo de disputa aberto, conforme diretrizes dos Artigos 305 e 305-A do RLC.

2.4. O valor estimado para a contratação do objeto do presente Projeto Básico será público.

2.5. A contratação proposta terá ampla concorrência, considerando que o valor estimado para a presente contratação ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00, o que afasta a exigência de exclusividade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme previsto no Art. 129º, inciso II, alínea "e" do RLC.

3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se como serviço comum de engenharia, conforme Art. 3º, inciso VIII do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019.

3.2. Adotar-se-á o regime de execução indireta por meio de contratação semi-integrada;

3.3. Contratação semi-integrada: caracteriza-se pela contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do Projeto Executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, a ser utilizada quando for possível definir previamente no Projeto Básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. A obra será dividida em quatro etapas: elaboração de projeto executivo, serviços preliminares, execução e limpeza da obra;
- 4.2. Em atendimento à NR-35 do Ministério do Trabalho, nos serviços realizados no telhado da Unidade da Conab deverão ser empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's e EPC's) necessários à garantia da segurança dos trabalhadores. Não obstante, os trabalhadores deverão ser capacitados para o trabalho em altura, devendo a contratada apresentar os comprovantes das capacitações correlatas.
- 4.3. Elaboração de Projeto Executivo:
- O Projeto Executivo se constituirá em um conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa dos serviços, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT. Farão parte do escopo do Projeto Executivo a elaboração de listas de material por projeto ou etapa dos serviços, bem como a sua aprovação junto à prefeitura de Canoas, se for o caso, e demais órgãos fiscalizadores. Cada Projeto Executivo deverá ser composto dos mesmos elementos listados para o Projeto Básico, porém em grau de detalhe adequado à nova etapa de projeto, definindo detalhadamente todos os materiais (descrição e quantidade), acabamentos e normas para a execução dos serviços necessários à execução da obra, principalmente em relação à segurança do trabalho;
 - Deverão compor o projeto executivo: plantas (baixa e detalhes); memoriais descritivos; memórias de cálculo; planilha orçamentária para execução das obras, contendo código dos itens e planilha de referência (Sinapi, Orse, Sicro etc.); cronograma físico-financeiro; curva ABC; composição do BDI e composições unitárias.
- 4.4. Integram os serviços preliminares:
- 4.4.1. Demolições e remoções:
- As demolições deverão ser executadas dentro da mais perfeita técnica, com equipamento adequado, tomando-se todas as precauções no sentido de ficarem perfeitamente garantidas a estabilidade das peças e a segurança dos operários;
 - Os materiais indicados pela Fiscalização deverão ser desmontados, retirados ou demolidos com cuidados especiais e transportados em cambucha;
 - Todos os materiais imprestáveis para a execução das obras e serviços ou provenientes de serviços de demolição serão removidos do recinto da obra pela Contratada para local indicado pela Fiscalização. Na hipótese de não interessar à Conab, estará a Contratada liberada para fazer a remoção a seu critério, observando as determinações da NBR 15113 – Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Inertes e legislação correlata.
 - A circulação sobre o telhado deverá ser realizada com todos os cuidados necessários para evitar danificar outras telhas e componentes que estejam em bom estado, preferencialmente com a utilização de tábuas e orientação aos funcionários.
 - O içamento de cargas, materiais e equipamentos deverá ser realizado com o uso de guindaste adequado, objetivando garantir a segurança da operação e integridade dos elementos do edifício.
- 4.4.2. Placa de Obra: Em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 e Decreto Regulamentador nº 7.724/2022, é necessário dar publicidade das obras públicas de forma a possibilitar o controle e verificação por parte da sociedade. Durante o período de realização da obra em questão, a contratada deverá manter placa de obra em chapa de aço galvanizado e adesivada, com padrão construtivo compatível com o caderno de especificações técnicas do SINAPI/Caixa, conforme modelo do Anexo XI deste Projeto Básico;
- 4.5. Integram os serviços da fase de execução:
- 4.5.1. Remoção de telhas (metálicas e translúcidas de fibra) e cumeeiras;
- As telhas e cumeeiras danificadas deverão ser desinstaladas e removidas, observando os cuidados necessários à remoção também dos parafusos de fixação que porventura tenham permanecido fixados na estrutura metálica. Os quantitativos e locais onde as peças deverão ser desinstaladas e removidas estão indicados no Anexo VIII. O serviço de desinstalação e remoção deverão ser executados com ferramentas adequadas, com os devidos cuidados para não danificar a estrutura metálica da cobertura. Deverá ser observada a correta remoção do material imprestável, em acordo com o item 4.3.1.
 - Deverá ser observada a garantia da segurança dos trabalhadores envolvidos no serviço, com a devida disponibilização de EPI's e EPC's em acordo com os riscos envolvidos em cada atividade, conforme determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais legislação vigente, em acordo com o item 4.2.
 - Deverá ser prevista a instalação de linha de vida horizontal nas áreas de intervenção, de forma a cumprir as diretrizes da NBR 16.325 e NR-35.
- 4.5.2. Recuperação da estrutura metálica
- As estruturas metálicas (terças, tesouras e demais componentes) expostas com a remoção das telhas e algerosas deverão ser devidamente limpas, escovadas com escovas de aço para remoção de carepas de corrosão, e posteriormente pintadas com tinta anticorrosiva alquídica (zarcão).
 - A aplicação da tinta alquídica deverá ser realizada observando as orientações técnicas do fabricante, contemplando todos os insumos necessários à sua perfeita aplicação, garantindo a uniformidade da película de proteção da estrutura e sua funcionalidade.
- 4.5.3. Instalação de telhas
- deverão ser instaladas 28 folhas de telhas trapezoidais em liga de alumínio e zinco (aluzinc), em padrão compatível com as telhas existentes no local, de espessura 0,5mm, de dimensões também compatíveis (folhas de 10,5m x 1,45m), ou com área de cobertura equivalente, de forma a respeitar no mínimo 0,40m de traspasso longitudinal e uma onda de traspasso transversal. Os locais de instalação estão indicados em planta gráfica no ANEXO VIII deste Projeto Básico.
 - as referidas telhas deverão ser fixadas na estrutura metálica com a utilização de parafusos zincados autobrochantes sextavados com arruela de vedação em EPDM e fita/cinta EVA (largura 25mm e espessura 5mm) na interface entre a estrutura metálica e as telhas. A fixação deverá ser nas ondas baixas das telhas.
 - para fixar as telhas na estrutura deverá ser utilizada a quantidade de parafusos indicadas pelo fabricante, de forma a garantir estabilidade e durabilidade ao sistema.
 - no traspasso transversal deverão ser utilizados parafusos telheiros para fixação de uma chapa de telha à outra, em acordo com as orientações do fabricante.
- 4.5.4. Instalação de telhas no lanternim
- deverão ser instaladas 272 folhas de telhas trapezoidais em liga de alumínio e zinco (aluzinc) em substituição às telhas translúcidas em fibra existentes no local, de espessura 0,5mm, de dimensões compatíveis (folhas de 2,5m x 1,10m), ou com área de cobertura equivalente, de forma a respeitar no mínimo uma onda de traspasso transversal. Os locais de instalação estão indicados em planta gráfica no ANEXO VIII deste Projeto Básico. Apenas as telhas translúcidas de fibra deverão ser desinstaladas e trocadas por telhas novas metálicas. Deverão ser substituídas todas as telhas translúcidas do lanternim. As telhas metálicas existentes no lanternim

deverão ser mantidas e sua integridade garantida.

- b. as referidas telhas deverão ser fixadas na estrutura metálica com a utilização de parafusos zincados autobrochantes sextavados com arruela de vedação em EPDM e fita/cinta EVA (largura 25mm e espessura 5mm) na interface entre a estrutura metálica e as telhas. A fixação deverá ser nas ondas baixas das telhas.
- c. para fixar as telhas na estrutura deverá ser utilizada a quantidade de parafusos indicadas pelo fabricante, de forma a garantir estabilidade e durabilidade ao sistema.
- d. no transpasse transversal deverão ser utilizados parafusos telheiros para fixação de uma chapa de telha à outra, em acordo com as orientações do fabricante.

4.5.5. Algerosas (rufos)

- a. deverão ser revisados e reafixados um total de 40 metros lineares de algerosas em liga de alumínio e zinco (aluzinc), que apresentaram deformações devido ao temporal.
- b. esses elementos deverão ser devidamente fixados nas telhas e estruturas adjacentes com a utilização de parafusos telheiros, de forma a garantir a estanqueidade e estabilidade do sistema.

4.5.6. Instalação de cumeeiras

- a. deverão ser instalados um total de 197 metros de cumeeiras em liga de alumínio e zinco (aluzinc), em padrão compatível com os elementos existentes no local, de dimensões também compatíveis e espessura de 0,5mm. Os locais de instalação estão indicados em planta gráfica no ANEXO VIII deste Projeto Básico.
- b. esses elementos deverão ser devidamente fixados nas telhas e estruturas adjacentes com a utilização de parafusos telheiros, de forma a garantir a estanqueidade e estabilidade do sistema.

4.5.7. Troca de parafusos de fixação e reafixação de telhas

- a. nos locais indicados no ANEXO VIII deste Projeto Básico, deverá ser realizada a reafixação das telhas com a troca dos parafusos que estão soltos e/ou danificados.
- b. os parafusos antigos deverão ser removidos e substituídos por novos em toda a folha de telha que sofrerá a referida intervenção.
- c. os novos parafusos a serem utilizados são do tipo autobrochantes zincados sextavados com arruela de vedação em EPDM, compatíveis com os elementos estruturais e telhas do local.

4.5.8. Instalação de telhas em fibrocimento

- a. Deverão ser trocadas as telhas danificadas em fibrocimento nas edificações de apoio da Unidade Armazenadora, sendo elas o almoxarifado, a "sala de aquecimento" e a baia de higienização de paletes.
- b. Na cobertura do almoxarifado, deverão ser trocados 9 peças de telhas estruturais de fibrocimento (calhetão), de dimensões 1,0 m x 5,5 m e espessura de 8mm, do tipo kalhetao, totalizando aproximadamente 50m² de telhas. Também deverão ser trocadas as cumeeiras danificadas no local.
- c. Na cobertura da "sala de aquecimento" e nas baias de higienização de paletes deverão ser trocadas aproximadamente 30 m² de telhas onduladas em fibrocimento, de espessura 6mm.
- d. A fixação das telhas de fibrocimento que serão trocadas deverá respeitar as orientações dos fabricantes do material, considerando o tipo de estrutura onde será realizada a fixação (madeira ou metálica), devendo garantir a estanqueidade e durabilidade do sistema.

4.6. Integram os serviços de limpeza da obra:

4.6.1. Retirada de entulho:

- a. Todos os serviços de retirada deverão ser executados conforme indicação da Fiscalização;
- b. Todo material inservível deverá ser depositado em caçambas adequadas e carregado para fora do local de obra;
- c. Durante todo o tempo da obra, fica a cargo da Contratada a limpeza de todo o quadro da obra e destinação dos materiais inservíveis;
- d. A armazenagem, antes da destinação, deve garantir que os materiais não ofereçam risco aos operários, bem como não atrapalhem os fluxos operacionais da Conab;
- e. O local de trabalho deverá ser mantido, durante todo o andamento da obra, tanto quanto possível, livre de obstáculos, detritos, entulhos, enfim, tudo que restrinja a liberdade de trabalho ou contrarie as "Normas de Higiene e Segurança no Trabalho".

4.6.2. Limpeza final:

- a. A obra será, após a sua conclusão, completamente limpa, de modo a permitir o seu uso imediato;
- b. Antes da entrega, deverá ser procedida uma vistoria completa, a fim de se verificar o seu estado final;
- c. A Contratada será responsável por todo e qualquer dano ocorrido nos acabamentos dos ambientes decorrentes dos seus trabalhos ou do seu pessoal, fazendo as suas custas toda a recuperação necessária;
- d. As instalações provisórias, assim como qualquer material, equipamento ou ferramenta, deverão ser retirados da obra.

5. PRAZO, LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO

5.1. A obra deverá ser executada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, respeitando-se o cronograma físico-financeiro;

5.1.1. Caso haja necessidade de dilação do prazo estipulado para a execução dos serviços, a Contratada deverá formalizar solicitação, contendo as justificativas para o atraso, as quais serão apreciadas pela Conab quanto à concessão ou não de prazo extra.

5.2. O prazo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, mediante autorização expedida pela Contratante.

5.3. Durante todo o período da obra a contratada deverá responsabilizar-se por garantir a estanqueidade da cobertura, cobrindo as áreas descobertas durante as intempéries para que não haja infiltrações e consequentes danos à estrutura e aos produtos estocados no armazém.

5.4. O local de realização da obra é a Unidade Armazenadora de Canoas/RS, da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, localizada na Rua Santo Antônio, nº 465 - Bairro Mato Grande - Canoas - Rio Grande do Sul.

5.5. Os serviços, assim como entregas e retiradas de materiais, ocorrerão somente em horário de expediente da Conab, ou seja: das segundas às sextas-feiras, das 8 h às 12h e das 13h às 17h, exceto feriados e pontos facultativos em que a Conab não desenvolva atividades na Unidade Armazenadora.

6. VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. A presente contratação será formalizada via "contrato por escopo" com vigência de 01 (um) ano, contados da data limite para início da execução da obra, conforme item 5.2. deste Projeto Básico.

6.1.1. Contrato por escopo é aquele cujo prazo de execução se extingue quando o contratado entrega para a Conab o objeto contratado, não podendo extrapolar a vigência definida no Termo de Referência ou no Projeto Básico.

7. VISTORIA

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, assim como para análise das ações necessárias para a perfeita prestação dos serviços sugere-se que seja realizada vistoria prévia por parte da empresa interessada.

7.2. A visita de vistoria poderá ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das das 8h às 11h e das 14h às 16h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (51) 3314-4190;

7.3. Para a vistoria, o interessado, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado;

7.4. Considerando a faculdade da realização da vistoria, os interessados não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto;

7.5. É altamente recomendado que a vistoria seja realizada para que o interessado tenha total conhecimento das obrigações e responsabilidades que poderá assumir, e para que possa participar do processo de contratação com valores compatíveis e com a realidade da obra.

7.6. Realizada a vistoria, a empresa interessada deverá assinar a Declaração, anexo VI deste Projeto Básico, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Conab.

7.7. Não realizada a vistoria, a empresa interessada deverá assinar Declaração, anexo VII deste Termo, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade pela sua opção e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Conab.

8. CRITÉRIOS DE SIMILARIDADE

8.1. Todas as marcas e fabricantes citados poderão ser substituídos por equivalentes, desde que sejam comprovados por laudos técnicos e aprovação prévia da Fiscalização da Conab;

8.2. Entende-se por materiais, produtos e/ou processos equivalentes aqueles com certificação ISO-9000 ou INMETRO e cujos testes específicos, realizados em laboratórios idôneos e especializados, tenham apresentado resultados equivalentes quanto aos diversos aspectos de desempenho, durabilidade, dimensões, resistências diversas e confiabilidade.

9. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

9.1. A Contratada deve apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto executivo e da obra, emitida pelo CREA ou CAU da região onde será executado o objeto, em até 5 dias após a assinatura do contrato;

9.2. Os custos para as emissões das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) serão de exclusiva responsabilidade da Contratada;

9.3. A Contratada deve apresentar a baixa da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em até 15 dias após a finalização da obra ou serviço.

9.4. Caso haja substituição de Responsável Técnico, deverá haver comunicação formal à Contratante, com antecedência.

9.4.1. No caso de substituição de Responsável Técnico, deverá ser apresentada à Contratante, antes da assunção dos trabalhos, a nova Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, emitida pelo CREA RS.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E HABILITAÇÃO

10.1. Relativo à Qualificação Técnica, apresentar:

10.1.1. **Registro junto ao CREA ou ao CAU.** Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome da Licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços constantes do objeto da contratação, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da sede da proponente;

10.1.1.1. No caso de a proponente ter a sua sede fora da jurisdição do Rio Grande do Sul deverá providenciar registro ou visto no CREARS ou CAU-RS, na hipótese de sagrar-se vencedora da licitação;

10.1.1.2. As certidões de registro no CREA ou CAU emitidas via internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (internet);

10.1.2. **Atestado de capacidade técnica.** Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica ou de Acervo técnico (CREA ou CAU), fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente identificadas, em nome da Licitante, comprovando que a empresa tenha realizado obras e/ou serviços de engenharia de características técnicas e de tecnologia de execução compatível (em características, quantidades e prazos) envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação; Devendo ser comprovada as metragens das instalações:

10.1.2.1. Devendo ser comprovada as metragens das instalações:

a) Projeto e execução de construção ou recuperação de coberturas metálicas de área igual ou superior a 500m².

b) Os atestados, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações: Descrição das características técnicas, quantitativos das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato; Data de emissão; Menção aos documentos de responsabilidade técnica expedidos (ART/RRT) em razão das obras ou serviços executados;

c) O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.1.3. **Atestado de capacidade técnica do responsável técnico.** A licitante deverá apresentar, além do atestado de capacidade técnica da própria empresa, documento que comprove que o profissional a ser indicado como responsável técnico possui experiência na execução de serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto licitado. Essa comprovação deverá ser feita mediante Atestado(s) e Acervo Técnico, acompanhado das respectivas ARTs (CREA) ou RRTs (CAU), em nome do profissional, referentes a:

10.1.3.1. Projeto e execução de construção ou recuperação de coberturas metálicas de área igual ou superior a 500m².

10.1.3.2. Os atestados no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações: Os atestados, para serem aceitos deverão ter as seguintes informações: Descrição das características técnicas, quantitativos das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato; Assinatura do representante legal da contratante; Data de emissão; Menção aos documentos de responsabilidade técnica expedidos (ART/RRT) em razão das obras ou serviços executados;

10.1.3.3. O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.1.4. **Comprovante** de que possui, em seu **quadro pessoal**, profissional legalmente habilitado (Engenheiro ou Arquiteto e

Urbanista) com as atribuições necessárias ao projeto (projeto de construção ou recuperação de coberturas metálicas), devidamente registrado no respectivo conselho profissional (CREA-RS ou CAU-RS), apto a executar serviços no estado do RS (aceito visto profissional, quando registro originário de outro estado) OU **Declaração** de contratação futura, de que se comprometa a contratar profissional, com a capacidade técnica e atribuições solicitadas antes da assinatura do contrato.

10.1.4.1. A prova da condição de integrante do quadro da empresa LICITANTE será feita:

a) No caso de sócio, por meio do contrato social e sua última alteração; no caso de empregado permanente, através de cópia das anotações da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ou de qualquer outro documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria.

b) No caso de profissional contratado nos termos da legislação comum, mediante apresentação da cópia do contrato (Acórdão TCU rf 597/2007);

c) No caso de responsável técnico, pela certidão de registro;

d) **No** caso de contratação futura, pela declaração de contratação futura do(s) profissional(is) para prestação de serviço, firmada pelas partes.

10.1.5. **Declaração de Vistoria ou Não Vistoria** : Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, assim como para análise das ações necessárias para a perfeita prestação dos serviços sugere-se que seja realizada vistoria prévia por parte da empresa interessada.

10.1.5.1. É altamente recomendado que a vistoria seja realizada para que o interessado tenha total conhecimento das obrigações e responsabilidades que poderá assumir, e para que possa participar do processo de contratação com valores compatíveis e com a realidade da obra.

10.1.5.2. A visita de vistoria poderá ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 16h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (51) 3314-4190;

10.1.5.3. Para a vistoria, o interessado, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado;

10.1.5.4. Considerando a faculdade da realização da vistoria, os interessados não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto;

10.1.5.5. Realizada a vistoria, a empresa interessada deverá assinar a Declaração, anexo VI do Projeto Básico, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Conab.

10.1.5.6. Não realizada a vistoria, a empresa interessada deverá assinar Declaração, anexo VII do Projeto Básico, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade pela sua opção e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Conab.

11. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. A proposta de preços deverá ser elaborada conforme o modelo de Planilha apresentado nos anexos (que será fornecido em formato digital), indicando o preço global proposto para a execução do objeto;

11.2. Os modelos de planilhas deverão ser solicitados previamente para a Conab por meio do endereço eletrônico rs.cpl@conab.gov.br

11.3. O valor global de referência, o valor de cada serviço da Planilha Orçamentária Sintética (Orçamento de Referência) e os valores das etapas previstas no cronograma físico-financeiro de referência são considerados como limites máximos aceitáveis e em nenhuma hipótese serão aceitas propostas com valores acima destes limites;

11.4. As composições foram formuladas tendo por base o banco de dados do SINAPI, SICRO, SBC, outros preços oficiais (referenciados na planilha) e cotações de mercado;

11.5. Para serviços que não constavam nos bancos de dados pesquisados, dadas suas especificidades em relação às composições usuais de obras, a construção de suas composições baseou-se, mesmo que não semelhantes no todo, em composições do próprio SINAPI, adequando-se insumos e coeficientes;

11.6. Estão inclusos nos custos de cada serviço: material, mão de obra, equipamentos e outros custos correlatos;

11.7. Em consonância com o RLC, as despesas relativas à administração local da obra, mobilização e desmobilização e instalação e manutenção do canteiro devem constar como custos diretos;

11.8. A proposta orçamentária deverá vir acompanhada de planilha de composição de benefícios e despesas indiretas - BDI, conforme modelo apresentado nos anexos;

11.9. Os valores constantes da planilha de composição de benefícios e despesas indiretas - BDI não se configuram em limites máximos aceitáveis;

11.10. O ajuste dos preços dos itens deve atender a Planilha de Encargos Sociais presente no Anexo IV do Projeto Básico.

11.11. A empresa interessada deverá consignar o valor da proposta já considerados inclusos todos os custos necessários para atendimento do objeto a ser contratado, inclusive operacionais, assim como todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o objeto a ser contratado.

11.12. A empresa interessada deverá consignar que a proposta terá validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data limite para entrega da proposta.

11.13. A empresa interessada deverá consignar declaração expressa de que se responsabiliza pela prestação dos serviços conforme disposto no Projeto Básico.

11.14. A empresa interessada deverá consignar Razão Social, endereço, telefone, endereço eletrônico, número do CNPJ.

11.15. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa interessada.

11.16. A empresa a ser contratada deverá comprovar todos os itens relativos à Qualificação Técnica e Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômico Financeira dispostos no item 10 deste Projeto Básico.

11.17. Será considerada vencedora desta Cotação a interessada que oferecer menor preço global e, posteriormente, comprovar a habilitação exigida no item 10 deste Projeto Básico.

11.18. A documentação comprobatória será exigida somente do vencedor da proposta mais vantajosa e deverá ser entregue três (03) dias úteis a partir da convocação formal por parte da Conab.

12. AVALIAÇÃO DO CUSTO

12.1. O critério de avaliação do custo será o de menor valor global.

13. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13.1. O cronograma físico-financeiro deverá integrar a proposta vencedora, detalhando as etapas (fases), com indicação percentual das etapas e desembolso mensal, o qual será o instrumento de planejamento, medição, faturamento e acompanhamento dos serviços,

conforme modelo estimativo no Anexo VI.

14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Em conformidade com a planilha de custos, o valor estimado para a obra é de **R\$ 220.271,88** (duzentos e vinte mil duzentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos).

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

16. INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1. As obrigações decorrentes da presente Cotação serão formalizadas por contrato celebrado entre a Conab e a empresa vencedora, que observará os termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e da legislação pertinente, anexo XIII.

16.2. A empresa vencedora e que apresentar toda a documentação de habilitação será convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, celebrar o termo de contrato.

16.3. Antes da convocação será realizada consulta junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin, nos termos do Inciso III do art. 6.º da Lei n.º 10.522/2002.

16.4. Antes da convocação serão realizadas consultas junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade no Conselho Nacional de Justiça e à Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

16.5. Caso a empresa vencedora estiver com restrições de validade ou registros junto aos Órgãos competentes, citados no subitem 16.4, ou recusar-se a assinar o contrato, será convocada outra empresa, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.6. A empresa vencedora deverá manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação consignadas neste Projeto Básico e no Contrato.

16.7. O contrato terá vigência de 01 (um) ano, conforme Art. 488 e subsequentes, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e Minuta de Contrato, anexo XIII deste Projeto Básico.

16.8. A forma de prestação e de recebimento dos serviços objetos desta Cotação, o prazo e o local de sua execução se encontram previstos neste Projeto Básico e na Minuta de Contrato.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. A contratada deve, sempre que necessário, adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

17.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes;

17.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

17.1.3. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

17.1.4. Utilização racional de água e energia;

17.1.5. Utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental;

17.1.6. Fornecimento de produtos cujas embalagens sejam preferencialmente fabricadas com materiais que possam ser reciclados;

17.1.7. Adoção dos princípios e instrumentos introduzidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10, e seu regulamento; Decreto nº 7.404/10, na qual se destacam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, estabelecido pela Resolução CONAMA Nº 307, de 5 de julho de 2002;

17.2. Compete à Contratada, no que couber, atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

17.3. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante pelos eventuais prejuízos causados à Conab.

18. FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A Contratada deverá apresentar, antes do início dos serviços, cronograma simplificado dos serviços, definindo claramente a data da entrega do objeto contratado;

18.2. A fiscalização será exercida, em caráter permanente, por intermédio de pessoal especializado da Conab;

18.3. A Fiscalização terá plena autoridade para suspender os serviços, total ou parcialmente, sempre que o julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da Fiscalização;

18.4. A Contratante e/ou seus prepostos terão livre acesso a toda e qualquer instalação e/ou aos funcionários da Contratada que estejam ligados ao objeto contratado, incluindo setor de engenharia, almoxarifado etc.;

18.5. Caberá exclusivamente à Contratada refazer os serviços não aprovados pela Fiscalização;

18.6. Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a Contratada far-se-á sempre por escrito, através do Livro de Obras, assinado por seus representantes credenciados nas devidas oportunidades, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

18.7. Todas as solicitações feitas pela Fiscalização ao(s) Engenheiro(s) condutor(es) dos serviços serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à Contratada, por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) Engenheiro(s), ou ainda, omissão do(s) mesmo(s), serão considerados para todo e qualquer efeito como tendo sido da Contratada;

18.8. Os materiais ou equipamentos fornecidos, como também, os serviços executados pela Contratada que não atenderem às especificações ou condições avençadas serão recusados pela Conab e deverão ser substituídos ou refeitos no prazo de até 15 (quinze) dias, com nova notificação à Contratante quando do término;

18.9. A presença da Fiscalização, durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços;

18.10. A Contratada deverá afastar imediatamente do serviço e do canteiro de obras todo e qualquer funcionário julgado pela Fiscalização como conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento dos serviços;

18.11. Os serviços e os materiais fornecidos serão objetos de medição para efeito de pagamento, observando os preços estabelecidos na planilha orçamentária da proposta vencedora e os respectivos quantitativos verdadeiramente executados ou fornecidos no período considerado da medição mensal;

18.12. A medição seguirá, para todos os efeitos, o cronograma físico-financeiro da proposta vencedora;

18.13. Não havendo ressalvas ou restrições, os serviços que integram a planilha orçamentária serão gradualmente aceitos e

efetivamente pagos;

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. Concluídos os serviços, que englobam todas as adequações civis, a Contratada notificará a Conab.
- 19.2. A Conab, verificando adequado cumprimento de todas as condições do contrato, promoverá o recebimento provisório dos serviços, lavrando o Termo de Recebimento Provisório, o qual será assinado pelas partes;
- 19.3. O prazo para recebimento provisório do objeto será de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da comunicação escrita da Contratada, mediante as vistorias e correspondente Termo de Recebimento Provisório;
- 19.4. Após o recebimento provisório, a Conab verificará o cumprimento, pela Contratada, de todas as condições do contrato e técnicas, além do cumprimento de todas as exigências referentes à incompatibilidade dos serviços, bem como qualquer alteração que se fizer necessária e seja pertinente ao objeto da presente contratação;
- 19.5. Verificado o adequado cumprimento de todas as condições do contrato, a Conab receberá definitivamente o objeto, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo, o qual será assinado pelas partes;
- 19.6. O prazo para recebimento definitivo do objeto será de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data do recebimento provisório;
- 19.7. O Termo de Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução dos serviços executados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente, em conformidade com o art. 618 do Código Civil;
- 19.8. Após a conclusão dos serviços, os locais deverão ser completamente limpos.

20. OBRIGAÇÕES DA CONAB

- 20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, o Projeto Básico e os termos de sua proposta;
- 20.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 20.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;
- 20.4. Nomear um fiscal ou comissão para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, o(a) qual deverá fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas;
- 20.5. Permitir acesso dos empregados da Contratada às dependências da Contratante a fim de cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do Projeto Básico;
- 20.6. Atestar a execução dos serviços, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;
- 20.7. Autorizar serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado previamente submetido à Contratante e aprovado pela Administração, desde que comprovadas as necessidades deles;
- 20.8. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA conforme previsto, após o cumprimento das formalidades legais;
- 20.9. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação;
- 20.10. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Projeto Básico e nas cláusulas do contrato;
- 20.11. Aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Projeto Básico e no contrato;
- 20.12. Impedir que terceiros realizem o objeto deste Projeto Básico;
- 20.13. Receber o objeto conforme condições estabelecidas neste Projeto Básico e no contrato;
- 20.14. Verificar a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente e definitivamente com as especificações constantes do Projeto Básico.
- 20.15. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que sejam reparadas ou corrigidas.
- 20.16. Rejeitar, no todo ou em parte o serviço em desacordo com o previsto no Projeto Básico, na Proposta e/ou no Contrato.
- 20.17. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de empregado ou comissão especialmente designada.
- 20.18. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação de serviços, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico, na Proposta e/ou no Contrato.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 21.1. Iniciar os serviços somente após a assinatura do contrato;
- 21.2. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, emitida pelo CREA ou CAU da região onde será executado o objeto, em até 5 dias após a assinatura do contrato;
- 21.3. Comunicar, previamente, a substituição de Responsável Técnico e apresentar à Contratante, antes da assunção dos trabalhos, a nova Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, emitida pelo CREA ou CAU RS;
- 21.4. Submeter à aprovação prévia da Contratante todas as substituições de materiais e equipamentos de referência existentes na especificação do Projeto Básico.
- 21.4.1. A Contratante poderá determinar a troca de material ou equipamento instalado, sem prévia aprovação;
- 21.5. Realizar o objeto do Contrato em consonância com o cronograma físico-financeiro, anexo do Projeto Básico;
- 21.6. Dispor das ferramentas, dos instrumentos, peças e dos equipamentos necessários à perfeita execução do objeto do contrato firmado;
- 21.7. Não permitir que seus funcionários solicitem serviços, materiais ou equipamentos às empresas terceirizadas e colaboradores da Contratante;
- 21.8. Proteger adequadamente todos os bens da Contratante que estiverem no local de execução do serviço, a fim de que não sejam deteriorados em função do desenvolvimento dos trabalhos;
- 21.9. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 21.10. Seguir normas oficiais vigentes, bem como as práticas usuais consagradas para a perfeita execução das obras ou serviços de engenharia;
- 21.11. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes, quando da utilização de equipamentos e materiais, cabendo à Contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrentes de sua má aplicação;
- 21.12. Fornecer, além dos materiais especificados e mão de obra especializada, todas as ferramentas e equipamentos necessários e

apropriados à execução do objeto, ficando responsável por sua guarda e transporte;

- 21.13. Responder por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos e fornecedores, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a Contratante por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora;
- 21.14. Não se prevalecer de qualquer erro ou omissão para se eximir de suas responsabilidades, obrigando-se a satisfazer a todos os requisitos constantes nas especificações;
- 21.15. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outrem, sejam fabricantes, técnicos e outros;
- 21.16. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Conab,
- 21.17. Manter os seus funcionários sujeitos às regras disciplinares do ambiente onde serão realizados os serviços contratados.
- 21.18. Manter os seus funcionários identificados por crachá, quando no recinto da Conab;
- 21.19. Substituir, caso exigido pela Contratante e independente de justificativa por parte desta, qualquer funcionário cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inconvenientes, prejudiciais ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse público.
- 21.20. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução do objeto, incluindo a solidez e segurança da construção;
- 21.21. Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas, inclusive aos não aprovados pela Contratante por defeitos/falhas na execução.
- 21.22. Providenciar, às suas expensas, atestado de equivalência de desempenho dos materiais emitido por instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similares;
- 21.23. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, os serviços efetuados referentes à obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da notificação;
- 21.24. Responsabilizar-se pelas despesas da rejeição/substituição de equipamentos, materiais e serviços, quando não aprovados pela **Contratante**;
- 21.25. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;
- 21.26. Instalar placa de identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação pertinente, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 21.27. Remover a metralha e todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final;
- 21.28. Garantir os materiais utilizados e os serviços prestados, conforme Cláusula Oitava do Contrato.
- 21.29. Apresentar relação nominal de todos os funcionários que executarão tarefas na obra, com vistas à permissão de ingresso na Contratante;
- 21.30. Permitir acesso aos técnicos e Fiscalização da Contratante às instalações onde estarão estocados os materiais a serem utilizados na obra;
- 21.31. Comunicar imediatamente quaisquer irregularidades/anormalidades que possam comprometer a eficiência, responsabilidade e qualidade dos serviços, dando ciência à Contratante, por escrito, para a adoção das providências cabíveis.
- 21.32. Submeter as amostras de todos os materiais ao crivo da Fiscalização da Conab antes de sua aplicação;
- 21.33. Remanejar quaisquer redes, grades ou empecilhos porventura existentes no local da obra;
- 21.34. Providenciar e manter diário de obras, de qualidade resistente, com páginas numeradas em sequência e rubricadas pela Fiscalização, no qual serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execuções formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro;
- 21.34.1. O diário de obras deverá ser reproduzido em 03 (três) vias e caberá ao responsável técnico da Contratada o seu preenchimento. Diariamente será dada ciência do preenchimento do diário à Fiscalização, a qual anotarás as ocorrências e determinará o que for preciso à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 21.34.2. Diariamente será dada ciência do preenchimento do diário à Fiscalização da **Contratante**, a qual anotarás as ocorrências e determinará o que for preciso à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 21.35. Executar fielmente os serviços programados no Projeto Básico, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordâncias da Contratante;
- 21.35.1. Na existência de serviços não descritos, mas necessários, a Contratada somente poderá executá-los após a aprovação formal da Contratante;
- 21.36. Considerar que a ação da fiscalização da Contratante não exonera a Contratada de responsabilidades contratuais;
- 21.37. Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 21.38. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 497 do RLC da Conab.
- 21.39. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 21.40. Cumprir todas as obrigações constantes do Projeto Básico, seus anexos, sua proposta e firmadas neste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 21.41. Informar à Contratante, formalmente, nome e (s) número(s) de telefone(s) do Responsável Técnico designado para o serviço.
- 21.41.1. Comunicar à Contratante, de imediato, no caso de alteração de telefone.
- 21.42. Informar à Contratante, na data de assinatura deste contrato, o(s) número(s) de telefone(s), e-mail(s) a serem contatados para solução de questões administrativas e financeiras.
- 21.42.1. Comunicar à Contratante, no caso de alteração dos dados.
- 21.43. Manter atualizados, junto à Contratante, os endereços físico e eletrônico, assim como os dados cadastrais.
- 21.44. Executar os serviços com observância das especificações técnicas conforme legislação vigente e normas da ABNT, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, se necessário.
- 21.45. Utilizar mão de obra capacitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade.

- 21.46. Apresentar comprovante de capacitação dos funcionários para trabalho em altura, conforme NR-35 do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 21.47. Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo atendimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação de seus empregados, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados.
- 21.48. Cumprir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 21.49. Fornecer aos seus empregados e fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, conforme normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- 21.50. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, os seus empregados forem vítimas no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência.
- 21.51. Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços.
- 21.52. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços.
- 21.53. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 21.54. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 21.55. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 21.56. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 497 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.
- 21.57. Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas.
- 21.58. Cumprir todas as obrigações constantes do Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 21.59. Não subcontratar a prestação dos serviços objeto da contratação.
- 21.60. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, de seus empregados, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 21.61. Responsabilizar-se civil e penalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do contrato.
- 21.62. Apresentar a Nota Fiscal/Fatura em tempo hábil para procedimentos de conferência por parte da Contratante.
- 21.63. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, durante a vigência do contrato.
- 21.64. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato sem prévia autorização da Contratante.
- 21.65. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Qualificação Técnica, Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Trabalhista e Qualificação Econômico Financeira exigidas.
- 21.66. Providenciar a imediata e total limpeza do local após a conclusão do serviço.
- 21.67. Manter atualizado junto à Contratante o seu endereço de correspondência, bem como endereço eletrônico e telefone de contato.
- 21.68. Apresentar a baixa da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em até 15 dias após a finalização da obra ou serviço.
- 21.69. Cumprir o cronograma físico-financeiro constante deste Projeto Básico;

22. PAGAMENTO

- 22.1. O Pagamento será efetuado em três etapas (15/30/45 dias), conforme Cronograma Físico-Financeiro;
- 22.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, por intermédio de ordem bancária, e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela Conab ;
- 22.3. O pagamento, em favor da Contratada, ocorrerá em parcelas, de acordo com o avanço físico de cada etapa do cronograma físico-financeiro, e somente após a conclusão de cada etapa, no valor correspondente ao somatório dos diversos itens efetivamente concluídos, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente;
- 22.4. A Contratada deverá apresentar, junto com a nota fiscal, as aferições efetuadas, por meio de um boletim de medição com a discriminação dos itens a serem pagos e os respectivos percentuais de execução físico-financeira, além de um breve relatório técnico e laudo;
- 22.5. O pagamento será efetuado pela Conab no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 22.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida de autorização da Contratante.
- 22.7. Deverão constar na nota fiscal as seguintes informações:
- 22.7.1. Endereço, CNPJ, número da nota de empenho, valor dos serviços prestados, número do banco, da agência e da conta-corrente da empresa e a descrição clara dos serviços prestados e materiais e fornecidos;
- 22.7.2. A alíquota do imposto sobre serviços (ISS) incidente sobre o valor da nota fiscal e seu fundamento legal;
- 22.7.3. A alíquota correspondente, bem como o código da receita, para fins de retenção tributária relativa aos tributos federais (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP), conforme Anexo I da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;
- 22.8. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que realize cessão ou locação de mão de obra, de acordo com o inciso XII, art. 17, da Lei Complementar nº 123/2006;
- 22.9. A Contratada deverá encaminhar, com a nota fiscal, os comprovantes de regularidade fiscal, quando a comprovação não puder ser feita por consulta ao SICAF, independentemente de solicitação da Conab;
- 22.10. O atraso na apresentação, por parte da Contratada, da fatura ou dos documentos exigidos como condição de pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da Conab;
- 22.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 22.12. Antes de cada pagamento será realizada consulta ao Sicaf – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis ao contratado, prorrogável uma vez por igual período a critério

da Contratante, para a regularização ou apresentação da sua defesa.

22.12.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Contratante, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.12.2. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada à Contratada a ampla defesa.

22.12.3. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz ou pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no Sicaf – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

22.13. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

22.14. As eventuais multas impostas à Contratada em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

22.15. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios devidos;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação em atraso.

22.16. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

22.17. À Conab, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de entrega e aceitação, a execução do objeto não estiver em conformidade com as especificações estipuladas neste Projeto Básico;

22.18. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado ou comissão designada para o recebimento condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação aos serviços efetivamente prestados;

22.19. Dos pagamentos devidos à Contratada serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.

23. PRAZO DE GARANTIA DA OBRA OU DO SERVIÇO DE ENGENHARIA

23.1. A Contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, a solidez e segurança de todos os serviços executados, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

23.2. Durante o período de garantia, a Contratada deverá atender aos chamados da CONAB em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial. Caso não atenda, ficará sujeita a penalidades.

23.2.1. O não atendimento sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Projeto Básico e no Contrato.

24. GARANTIA CONTRATUAL

24.1. A Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, mediante a opção de alguma das seguintes modalidades:

24.1.1. Caução em dinheiro ou títulos de dívidas públicas;

24.1.2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da Conab;

24.1.3. Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”, ou fiança bancária.

24.1.4. A critério da **Contratante**, o prazo poderá ser prorrogado por igual período.

24.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

24.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

24.2.2. Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

24.2.3. Multas contratuais aplicadas pela Conab à Contratada;

24.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

24.4. A Contratada deverá entregar o comprovante de prestação de garantia à Conab em até 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato. Este prazo poderá ser dilatado com anuência da contratante, por igual período;

24.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 569 do RLC;

24.6. Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

24.7. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato;

24.8. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

24.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a realizar a respectiva reposição.

24.9.1. O prazo máximo para reposição, contados da data em que for notificada a contratada é de 30 (trinta) dias úteis.

24.10. A Conab executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

24.11. Será considerada extinta a garantia:

24.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Conab, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

24.11.2. Com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade previsto no item 24.7;

24.11.3. Com a expiração do prazo de validade da garantia.

25. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

25.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Conab à continuidade do contrato.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. A Contratada/Adjudicatária em caso de inadimplemento de suas obrigações, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC e na Lei nº 13.303/2016, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva:

26.1.1. Advertência;

26.1.2. Multa moratória;

26.1.3. Multa compensatória;

26.1.4. Multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;

26.1.5. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

26.2. As sanções previstas nos itens 26.1.1. e 26.1.5. poderão ser aplicadas com as dos itens 26.1.2., 26.1.3. e 26.1.4.

26.3. A concorrente ou interessada que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas neste Projeto.

26.4. A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula realizar-se-á em processo administrativo assegurada a ampla defesa e o contraditório à Contratada observando-se as regras previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.

26.5. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

26.6. Da sanção de advertência:

26.6.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

26.6.2. A aplicação da sanção do item 26.6.1., anterior, importa na comunicação da advertência à Contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Sicaf – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

26.7. Da sanção de multa:

26.7.1. Em decorrência da prática por parte da concorrente ou interessada, das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor estimado para a contratação em questão.

26.7.2. Pela recusa em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor homologado para a contratação em questão.

26.7.3. Multa moratória de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias.

26.7.3.1. Após o décimo quinto dia, a critério da Conab, no caso de inexecução, poderá ocorrer a não aceitação do objeto de forma a configurar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral.

26.7.4. Multa moratória de 0,30% (zero vírgula trinta por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto no item 26.7.3, até o limite de 15 (quinze) dias.

26.7.5. Multa compensatória no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato.

26.7.6. Multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o sobre o valor global do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato, motivada por descumprimento contratual por parte da Contratada.

26.7.6.1. Em havendo rescisão por interesse público, conforme Art. 492 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, não haverá cobrança de multa.

26.7.7. Multa compensatória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o sobre o valor global do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

Infração			
Item	Descrição	Grau	Incidência
01	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições ou às regras do ambiente.	01	Por funcionário e por dia
02	Deixar de remover a metralha e todos os materiais que sobraem no local da obra	02	Por ocorrência
03	Deixar de promover a limpeza no local da obra	02	Por ocorrência
04	Deixar de apresentar, de forma reincidente, a documentação exigida pela contratada dentro dos prazos estipulados.	02	Por serviço e por dia
05	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	03	Por dia

06	Deixar de cumprir qualquer item do Projeto Básico seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	03	Por item e por ocorrência
07	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	04	Por ocorrência

Tabela 2

Grau	Correspondência
01	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
03	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
04	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

26.7.8. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Não poderão ser aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador; caso contrário, configurará repetição da sanção (*bis in idem*).

26.7.9. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SicaF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

26.8. Da sanção de suspensão:

26.8.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

26.8.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será realizada de acordo com os arts. 579 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC e registrada no SicaF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores e no Cadastro de Empresas Inidôneas – CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

26.8.3. Em decorrência da prática por parte da Contratada interessada, das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.

26.8.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre concorrentes ou interessadas, em qualquer momento da cotação, mesmo após o encerramento da fase de entrega de propostas.

27. RESCISÃO CONTRATUAL

27.1. A inexecução total do contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 568 a 572 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.

27.2. A rescisão poderá ser:

27.2.1. Por ato unilateral e escrito da Conab;

27.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab;

27.2.3. Judicial, por determinação judicial.

27.3. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

27.4. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

27.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos arts. 582 a 593 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.

27.6. A rescisão deverá ser formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

27.7. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido por:

27.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

27.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

27.7.3. Indenizações e multas.

28. MATRIZ DE RISCOS

28.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre a Conab e a Contratada e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

28.2. A Matriz de Riscos, Anexos XIIA e XIIB deste Projeto Básico, constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição.

28.3. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos.

28.4. A Contratada não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à Conab, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo XII deste Projeto Básico.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

29.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

30. **ANEXOS**

30.1. Compõe o presente Projeto Básico os seguintes documentos anexos:

- Anexo I: Planilha Orçamentária de Referência
- Anexo II: Composições Analíticas
- Anexo III: Composição do BDI
- Anexo IV: Encargos Sociais
- Anexo V: Curva ABC
- Anexo VI: Cronograma Físico Financeiro
- Anexo VII A: Modelo de Declaração de Vistoria
- Anexo VII B: Modelo de Declaração de Não Vistoria
- Anexo VIII: Planta Gráfica
- Anexo IX: Modelo de Composição do BDI
- Anexo X: Modelo da Proposta
- Anexo XI: Modelo de Placa de Obra
- Anexo XII A: Matriz de Riscos 1
- Anexo XII B: Matriz de Riscos 2
- Anexo XIII: Minuta do Contrato

original assinado
GABRIEL DE ABREU BURGOS GONÇALVES
ANALISTA - ENGENHEIRO CIVIL
MATRÍCULA 109.107
CREA/SC - 124317-0

ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA

Obra			Bancos		B.D.I.		Encargos Sociais		
Recuperação do telhado - UA-Canoas			SINAPI - 01/2026 - Rio Grande do Sul		21,19%		Desonerado:		
			SBC - 02/2026 - Rio Grande do Sul				Horista: 99,24%		
							Mensalista: 57,05%		
Orçamento Sintético									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			Elaboração de Projeto Executivo					4.652,28	2,11 %
1.1	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32	40,11	48,60	1.555,20	0,71 %
1.2	88255	SINAPI	AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24	38,65	46,83	1.123,92	0,51 %
1.3	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	12	135,68	164,43	1.973,16	0,90 %
2			Serviços Preliminares					31.801,74	14,44 %
2.1	ART - DH	Próprio	ART CUSTO DA OBRA ACIMA DE R\$ 15.000,00 - 2024	un	1	262,55	318,18	318,18	0,14 %
2.2	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	2,88	460,42	557,98	1.606,98	0,73 %
2.3	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15	135,68	164,43	2.466,45	1,12 %
2.4	100309	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	44,25	53,62	536,20	0,24 %
2.5	90780	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	100	117,83	142,79	14.279,00	6,48 %
2.6	Comp 053	Próprio	Kit linha de vida horizontal 15m cabo de aço galvanizado com alma de fibra 12 mm NBR 16325-1	un	3	3.464,24	4.198,31	12.594,93	5,72 %
3			Instalação de telhas e cumeeiras no lanternim					97.012,60	44,04 %
3.1	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	585	3,81	4,61	2.696,85	1,22 %
3.2	GAR03	Próprio	Instalação de telhas aluzinc 0,5mm fixadas em estrutura metálica	m²	585	104,93	127,16	74.388,60	33,77 %
3.3	GAR05	Próprio	Cumeeira para telha aluzinc trapezoidal, espessura 0,5mm	m	185	68,65	83,19	15.390,15	6,99 %
3.4	89273	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHI DIURNO. AF_11/2014	CHI	10	128,56	155,80	1.558,00	0,71 %
3.5	89272	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHP DIURNO. AF_11/2014	CHP	10	245,82	297,90	2.979,00	1,35 %

4			Instalação de telhas e cumeeiras					71.439,24	32,43 %
4.1	72233	SINAPI	RETIRADA DE CUMEEIRAS EM ALUMINIO	M	12	4,69	5,68	68,16	0,03 %
4.2	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	480	3,81	4,61	2.212,80	1,00 %
4.3	GAR03	Próprio	Instalação de telhas aluzinc 0,5mm fixadas em estrutura metálica	m²	480	104,93	127,16	61.036,80	27,71 %
4.4	GAR04	Próprio	Troca de parafusos autobrochantes danificados	un	550	2,96	3,58	1.969,00	0,89 %
4.5	89273	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHI DIURNO. AF_11/2014	CHI	6	128,56	155,80	934,80	0,42 %
4.5	GAR05	Próprio	Cumeeira para telha aluzinc trapezoidal, espessura 0,5mm	m	12	68,65	83,19	998,28	0,45 %
4.6	89272	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHP DIURNO. AF_11/2014	CHP	6	245,82	297,90	1.787,40	0,81 %
4.7	CPSC 7	Próprio	REAFIXAÇÃO DE ALGEROSAS	m	40	15,62	18,92	756,80	0,34 %
4.8	100327	SINAPI	RUFO EXTERNO/INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, CORTE DE 33 CM, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M	20	69,12	83,76	1.675,20	0,76 %
5			Recuperação de estrutura metálica					4.324,00	1,96 %
5.1	100717	SINAPI	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	m²	100	10,24	12,40	1.240,00	0,56 %
5.2	100722	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	m²	100	25,45	30,84	3.084,00	1,40 %
6			Troca de telhas em fibrocimento nos prédios auxiliares					9.398,10	4,27 %
6.1	94218	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO E= 8 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019_PS	m²	50	124,79	151,23	7.561,50	3,43 %
6.2	94210	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	30	50,52	61,22	1.836,60	0,83 %
7			Limpeza da obra					1.643,92	0,75 %
7.1	071810	SBC	CACAMBA DE ACO PARA LIXO/ENTULHO 5,0m3/LOCACAO 3 DIAS IDA E VOLTA	UN	3	370,00	448,40	1.345,20	0,61 %
7.2	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10,5	23,48	28,45	298,72	0,14 %
Total sem BDI								181.775,60	
Total do BDI								38.496,28	
Total Geral								220.271,88	
Gabriel de Abreu Burgos Gonçalves Analista Engenheiro Civil Matrícula 109.107 CREA/SC 124317-0									

ANEXO II - COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS

Obra Recuperação do telhado - UA-Canoas			Bancos SINAPI - 01/2026 - Rio Grande do Sul SBC - 02/2026 - Rio Grande do Sul		B.D.I. 21,19%	Encargos Sociais Desonerado: Horista: 99,24% Mensalista: 57,05%			
Planilha Orçamentária Analítica									
1			Elaboração de Projeto Executivo					4.652,28	
1.1	CódigoBanco	Descrição		Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	40,11	40,11
Composição Auxiliar	95400	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA DESENHISTA PROJETISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	1,0000000	0,17	0,17

Insumo	00002358	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	34,73	34,73	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,82	1,82	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	1,02	1,02	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,36	1,36	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	00043469	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00043493	SINAPI	EPI - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,82	0,82	
				MO sem LS ==>	17,52	LS ==>	17,38	MO com LS ==>	34,90
				Valor do BDI ==>	8,49		Valor com BDI ==>		48,60
				Quant. ==> 32,0000000 Preço Total ==>				1.555,20	
1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88255	SINAPI	AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	38,65	38,65	
Composição Auxiliar	95323	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,27	0,27	
Insumo	00000532	SINAPI	AUXILIAR TECNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	33,04	33,04	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,82	1,82	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	1,02	1,02	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,36	1,36	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,02	0,02	
Insumo	00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,01	1,01	
				MO sem LS ==>	16,72	LS ==>	16,59	MO com LS ==>	33,31
				Valor do BDI ==>	8,18		Valor com BDI ==>		46,83
				Quant. ==> 24,0000000 Preço Total ==>				1.123,92	
1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	135,68	135,68	
Composição Auxiliar	95403	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	1,91	1,91	
Insumo	00002707	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO	Mão de Obra	H	1,0000000	129,45	129,45	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,82	1,82	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,36	1,36	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,02	0,02	
Insumo	00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,01	1,01	
				MO sem LS ==>	65,93	LS ==>	65,43	MO com LS ==>	131,36
				Valor do BDI ==>	28,75		Valor com BDI ==>		164,43
				Quant. ==> 12,0000000 Preço Total ==>				1.973,16	
2			Serviços Preliminares					31.801,74	
2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Insumo	ART - DH	Próprio	ART CUSTO DA OBRA ACIMA DE R\$ 15.000,00 - 2024	Taxas	un	1,0000000	262,55	262,55	
				MO sem LS ==>	0,00	LS ==>	0,00	MO com LS ==>	0,00
				Valor do BDI ==>	55,63		Valor com BDI ==>		318,18
				Quant. ==> 1,0000000 Preço Total ==>				318,18	

2.2	CódigoBanco		Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	Sinalização Vertical Viária	m²	1,0000000	460,42	460,42	
Composição Auxiliar	102234	SINAPI	PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	Pintura em Madeira	m²	0,5000000	23,63	11,81	
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3729000	27,51	10,25	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,1186000	23,48	26,26	
Insumo	00004509	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	3,2083000	3,62	11,61	
Insumo	00004813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	Material	m²	1,0000000	400,00	400,00	
Insumo	00005065	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	Material	KG	0,0113000	26,95	0,30	
Insumo	00005069	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	0,0132000	14,44	0,19	
				MO sem LS ==>	15,90	LS ==>	15,77	MO com LS ==>	31,67
				Valor do BDI ==>	97,56		Valor com BDI ==>		557,98
						Quant. ==>	2,8800000	Preço Total ==>	1.606,98
2.3	CódigoBanco		Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	135,68	135,68	
Composição Auxiliar	95403	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	1,91	1,91	
Insumo	00002707	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO	Mão de Obra	H	1,0000000	129,45	129,45	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,82	1,82	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,36	1,36	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,02	0,02	
Insumo	00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,01	1,01	
				MO sem LS ==>	65,93	LS ==>	65,43	MO com LS ==>	131,36
				Valor do BDI ==>	28,75		Valor com BDI ==>		164,43
						Quant. ==>	15,0000000	Preço Total ==>	2.466,45
2.4	CódigoBanco		Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100309	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	44,25	44,25	
Composição Auxiliar	100299	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,69	0,69	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,82	1,82	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	1,02	1,02	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,36	1,36	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	00040943	SINAPI	TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	38,38	38,38	
Insumo	00043458	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ALMOXARIFE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,05	0,05	
Insumo	00043482	SINAPI	EPI - FAMILIA ALMOXARIFE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,82	0,82	
				MO sem LS ==>	19,61	LS ==>	19,46	MO com LS ==>	39,07
				Valor do BDI ==>	9,37		Valor com BDI ==>		53,62
						Quant. ==>	10,0000000	Preço Total ==>	536,20
2.5	CódigoBanco		Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	90780	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	117,83	117,83	

Composição Auxiliar	95405	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MESTRE DE OBRAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	2,32	2,32	
Insumo	00004069	SINAPI	MESTRE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	109,67	109,67	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,82	1,82	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	1,02	1,02	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,36	1,36	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	00043463	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,12	0,12	
Insumo	00043487	SINAPI	EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,41	1,41	
				MO sem LS =>	56,21	LS =>	55,78	MO com LS =>	111,99
				Valor do BDI =>	24,96			Valor com BDI =>	142,79
				Quant. => 100,0000000 Preço Total =>				14.279,00	
2.6	CódigoBanco	Descrição		Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	Comp 053	Próprio	Kit linha de vida horizontal 15m cabo de aço galvanizado com alma de fibra 12 mm NBR 16325-1	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS		un	1,0000000	3.464,24	3.464,24
Composição Auxiliar	88277	SINAPI	MONTADOR (TUBO AÇO/EQUIPAMENTOS) COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	3,0000000	39,86	119,58
Composição Auxiliar	88251	SINAPI	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	3,0000000	24,64	73,92
Insumo	00041953	SINAPI	CABO DE ACO GALVANIZADO, DIAMETRO 12,7 MM (1/2"), COM ALMA DE FIBRA 6 X 25 F	Material		KG	10,5000000	63,88	670,74
Insumo	000027	Próprio	Kit linha de vida com 2 postes schedule 40, grampos 3/8" linha pesada, esticador 5/8x6" 1250kgf e 1 absorvedor de energia 1500kgf	Equipamento		un	1,0000000	2.600,00	2.600,00
				MO sem LS =>	79,05	LS =>	78,45	MO com LS =>	157,50
				Valor do BDI =>	734,07			Valor com BDI =>	4.198,31
				Quant. => 3,0000000 Preço Total =>				12.594,93	
3			Instalação de telhas e cumeeiras no lanternim						97.012,60
3.1	CódigoBanco	Descrição		Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções		m²	1,0000000	3,81	3,81
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	0,1153000	23,48	2,70
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	0,0408000	27,25	1,11
				MO sem LS =>	1,40	LS =>	1,39	MO com LS =>	2,79
				Valor do BDI =>	0,80			Valor com BDI =>	4,61
				Quant. => 585,0000000 Preço Total =>				2.696,85	
3.2	CódigoBanco	Descrição		Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	GAR03	Próprio	Instalação de telhas aluzinc 0,5mm fixadas em estrutura metálica	COBE - COBERTURA		m²	1,0000000	104,93	104,93
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	0,2000000	28,14	5,62
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	0,2000000	23,48	4,69
Insumo	00011067	SINAPI	TELHA TRAPEZOIDAL EM ALUMINIO, ALTURA DE *38* MM E ESPESSURA DE 0,5 MM (LARGURA TOTAL DE 1056 MM E COMPRIMENTO DE 5000 MM)	Material		UN	0,2000000	438,65	87,73
Insumo	GAR13	Próprio	Fita EVA autocolante para assentamento de telhas em estrutura metálica 5mmx25mmx10m	Material		rolo	0,1100000	26,77	2,94
Insumo	GAR14	Próprio	Parafuso Auto Brocante com arruela EPDM 12 x 2 1/2'	Material		Cento	0,0680000	58,10	3,95
				MO sem LS =>	3,85	LS =>	3,83	MO com LS =>	7,68
				Valor do BDI =>	22,23			Valor com BDI =>	127,16
				Quant. => 585,0000000 Preço Total =>				74.388,60	

3.3	CódigoBanco		Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	GAR05	Próprio	Cumeeira para telha aluzinc trapezoidal, espessura 0,5mm	COBE - COBERTURA	m	1,0000000	68,65	68,65	
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1100000	27,25	2,99	
Composição Auxiliar	88252	SINAPI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1100000	23,32	2,56	
Insumo	00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	Material	CENTO	0,0600000	26,51	1,59	
Insumo	GAR15	Próprio	Cumeeira Aluzinc perfil trapezoidal, espessura 0,5mm, 103 x 60 cm	Material	m	1,0000000	61,51	61,51	
				MO sem LS =>	2,08	LS =>	2,07	MO com LS =>	4,15
				Valor do BDI =>	14,54		Valor com BDI =>		83,19
				Quant. => 185,0000000 Preço Total =>				15.390,15	
3.4	CódigoBanco		Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89273	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHI DIURNO. AF_11/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	128,56	128,56	
Composição Auxiliar	88296	SINAPI	OPERADOR DE GUINDASTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	47,21	47,21	
Composição Auxiliar	89267	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - DEPRECIAÇÃO. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	54,42	54,42	
Composição Auxiliar	89268	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - JUROS. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	19,18	19,18	
Composição Auxiliar	89269	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	7,75	7,75	
				MO sem LS =>	21,00	LS =>	20,85	MO com LS =>	41,85
				Valor do BDI =>	27,24		Valor com BDI =>		155,80
				Quant. => 10,0000000 Preço Total =>				1.558,00	
3.5	CódigoBanco		Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89272	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHP DIURNO. AF_11/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	245,82	245,82	
Composição Auxiliar	88296	SINAPI	OPERADOR DE GUINDASTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	47,21	47,21	
Composição Auxiliar	89267	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - DEPRECIAÇÃO. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	54,42	54,42	
Composição Auxiliar	89268	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - JUROS. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	19,18	19,18	
Composição Auxiliar	89269	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	7,75	7,75	
Composição Auxiliar	89270	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - MANUTENÇÃO. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	87,49	87,49	
Composição Auxiliar	89271	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	29,77	29,77	
				MO sem LS =>	21,00	LS =>	20,85	MO com LS =>	41,85

		Valor do BDI =>	52,08	Valor com BDI =>	297,90		
		Quant. =>	10,0000000	Preço Total =>	2.979,00		
4			Instalação de telhas e cumeeiras				71.439,24
4.1	CódigoBanco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	72233SINAPI	RETIRADA DE CUMEEIRAS EM ALUMINIO	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	M	1,0000000	4,69	4,69
Composição Auxiliar	88316SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2000000	23,48	4,69
		MO sem LS =>	1,70	LS =>	1,68	MO com LS =>	3,38
		Valor do BDI =>	0,99	Valor com BDI =>			5,68
		Quant. =>	12,0000000	Preço Total =>	68,16		
4.2	CódigoBanco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97647SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,0000000	3,81	3,81
Composição Auxiliar	88316SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1153000	23,48	2,70
Composição Auxiliar	88323SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0408000	27,25	1,11
		MO sem LS =>	1,40	LS =>	1,39	MO com LS =>	2,79
		Valor do BDI =>	0,80	Valor com BDI =>			4,61
		Quant. =>	480,0000000	Preço Total =>	2.212,80		
4.3	CódigoBanco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	GAR03Próprio	Instalação de telhas aluzinc 0,5mm fixadas em estrutura metálica	COBE - COBERTURA	m²	1,0000000	104,93	104,93
Composição Auxiliar	88309SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2000000	28,14	5,62
Composição Auxiliar	88316SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2000000	23,48	4,69
Insumo	00011067SINAPI	TELHA TRAPEZOIDAL EM ALUMINIO, ALTURA DE *38* MM E ESPESSURA DE 0,5 MM (LARGURA TOTAL DE 1056 MM E COMPRIMENTO DE 5000 MM)	Material	UN	0,2000000	438,65	87,73
Insumo	GAR13Próprio	Fita EVA autocolante para assentamento de telhas em estrutura metálica 5mmx25mmx10m	Material	rolo	0,1100000	26,77	2,94
Insumo	GAR14Próprio	Parafuso Auto Brocante com arruela EPDM 12 x 2 1/2'	Material	Cento	0,0680000	58,10	3,95
		MO sem LS =>	3,85	LS =>	3,83	MO com LS =>	7,68
		Valor do BDI =>	22,23	Valor com BDI =>			127,16
		Quant. =>	480,0000000	Preço Total =>	61.036,80		
4.4	CódigoBanco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	GAR04Próprio	Troca de parafusos autobrocantes danificados	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	un	1,0000000	2,96	2,96
Composição Auxiliar	88240SINAPI	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1000000	23,36	2,33
Insumo	GAR14Próprio	Parafuso Auto Brocante com arruela EPDM 12 x 2 1/2'	Material	Cento	0,0110000	58,10	0,63
		MO sem LS =>	0,90	LS =>	0,90	MO com LS =>	1,80
		Valor do BDI =>	0,62	Valor com BDI =>			3,58
		Quant. =>	550,0000000	Preço Total =>	1.969,00		
4.5	CódigoBanco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89273SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHI DIURNO. AF_11/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	128,56	128,56
Composição Auxiliar	88296SINAPI	OPERADOR DE GUINDASTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	47,21	47,21

Composição Auxiliar	89267	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - DEPRECIÇÃO. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	54,42	54,42	
Composição Auxiliar	89268	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - JUROS. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	19,18	19,18	
Composição Auxiliar	89269	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	7,75	7,75	
				MO sem LS =>	21,00	LS =>	20,85	MO com LS =>	41,85
				Valor do BDI =>	27,24		Valor com BDI =>		155,80
						Quant. =>	6,0000000	Preço Total =>	934,80
4.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	GAR05	Próprio	Cumeeira para telha aluzinc trapezoidal, espessura 0,5mm	COBE - COBERTURA	m	1,0000000	68,65	68,65	
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1100000	27,25	2,99	
Composição Auxiliar	88252	SINAPI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1100000	23,32	2,56	
Insumo	00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	Material	CENTO	0,0600000	26,51	1,59	
Insumo	GAR15	Próprio	Cumeeira Aluzinc perfil trapezoidal, espessura 0,5mm, 103 x 60 cm	Material	m	1,0000000	61,51	61,51	
				MO sem LS =>	2,08	LS =>	2,07	MO com LS =>	4,15
				Valor do BDI =>	14,54		Valor com BDI =>		83,19
						Quant. =>	12,0000000	Preço Total =>	998,28
4.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89272	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHP DIURNO. AF_11/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	245,82	245,82	
Composição Auxiliar	88296	SINAPI	OPERADOR DE GUINDASTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	47,21	47,21	
Composição Auxiliar	89267	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - DEPRECIÇÃO. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	54,42	54,42	
Composição Auxiliar	89268	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - JUROS. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	19,18	19,18	
Composição Auxiliar	89269	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	7,75	7,75	
Composição Auxiliar	89270	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - MANUTENÇÃO. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	87,49	87,49	
Composição Auxiliar	89271	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_11/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	29,77	29,77	
				MO sem LS =>	21,00	LS =>	20,85	MO com LS =>	41,85
				Valor do BDI =>	52,08		Valor com BDI =>		297,90
						Quant. =>	6,0000000	Preço Total =>	1.787,40
4.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	

Composição	CPSC 7	Próprio	REAFIXAÇÃO DE ALGEROSAS	COBE - COBERTURA	m	1,0000000	15,62	15,62	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3330000	23,48	7,81	
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2487000	27,25	6,77	
Insumo	GAR14	Próprio	Parafuso Auto Brocante com arruela EPDM 12 x 2 1/2'	Material	Cento	0,0180000	58,10	1,04	
				MO sem LS ==>	5,45	LS ==>	5,40	MO com LS ==>	10,85
				Valor do BDI ==>	3,30		Valor com BDI ==>		18,92
				Quant. ==> 40,0000000 Preço Total ==>					756,80
4.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100327	SINAPI	RUFO EXTERNO/INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, CORTE DE 33 CM, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	Telhamento para Cobertura	M	1,0000000	69,12	69,12	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2390000	23,48	5,61	
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1450000	27,25	3,95	
Composição Auxiliar	93281	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF_03/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0132000	32,79	0,43	
Composição Auxiliar	93282	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHI DIURNO. AF_03/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0183000	31,76	0,58	
Insumo	00000142	SINAPI	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	Material	310ML	0,2110000	33,52	7,07	
Insumo	00001113	SINAPI	RUFO EXTERNO/INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 33 CM	Material	M	1,0500000	30,09	31,59	
Insumo	00005061	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	Material	KG	0,0080000	13,93	0,11	
Insumo	00005104	SINAPI	REBITE DE REPUXO EM ALUMINIO VAZADO, DIAMETRO 3,2 X 8 MM DE COMPRIMENTO (1KG = 1025 UNIDADES)	Material	KG	0,0016000	88,23	0,14	
Insumo	00013388	SINAPI	SOLDA EM BARRA DE ESTANHO-CHUMBO 50/50	Material	KG	0,0590000	332,91	19,64	
				MO sem LS ==>	3,96	LS ==>	3,93	MO com LS ==>	7,89
				Valor do BDI ==>	14,64		Valor com BDI ==>		83,76
				Quant. ==> 20,0000000 Preço Total ==>					1.675,20
5			Recuperação de estrutura metálica					4.324,00	
5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100717	SINAPI	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	Pintura em Superfícies Metálicas	m²	1,0000000	10,24	10,24	
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2986000	29,87	8,91	
Insumo	00003768	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	Material	UN	0,3000000	4,44	1,33	
				MO sem LS ==>	3,20	LS ==>	3,18	MO com LS ==>	6,38
				Valor do BDI ==>	2,16		Valor com BDI ==>		12,40
				Quant. ==> 100,0000000 Preço Total ==>					1.240,00
5.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100722	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	Pintura em Superfícies Metálicas	m²	1,0000000	25,45	25,45	
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,6779000	29,87	20,24	
Insumo	00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	Material	L	0,0110000	25,80	0,28	
Insumo	00007307	SINAPI	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	Material	L	0,1098000	44,91	4,93	
				MO sem LS ==>	7,27	LS ==>	7,21	MO com LS ==>	14,48
				Valor do BDI ==>	5,39		Valor com BDI ==>		30,84
				Quant. ==> 100,0000000 Preço Total ==>					3.084,00

6			Troca de telhas em fibrocimento nos prédios auxiliares					9.398,10	
6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	94218	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO E= 8 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019_PS	Telhamento para Cobertura	m²	1,0000000	124,79	124,79	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1570000	23,48	3,68	
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1390000	27,25	3,78	
Composição Auxiliar	93281	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF_03/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0025000	32,79	0,08	
Composição Auxiliar	93282	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHI e Improdutivo dos Equipamentos	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0034000	31,76	0,10	
Insumo	00001607	SINAPI	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA METALICA E UMA ARRUELA PVC - CONICAS)	Material	CJ	0,9400000	0,20	0,18	
Insumo	00004312	SINAPI	FIXADOR DE ABA SIMPLES PARA TELHA DE FIBROCIMENTO, TIPO CANALETA 90 OU KALHETAO	Material	UN	0,3100000	2,33	0,72	
Insumo	00004315	SINAPI	GANCHO CHATO EM FERRO GALVANIZADO, L = 110 MM, RECOBRIMENTO = 100MM, SECAO 1/8 X 1/2" (3 MM X 12 MM), PARA FIXAR TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA	Material	UN	0,9400000	1,71	1,60	
Insumo	00007231	SINAPI	TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO 2 ABAS, DE 1,00 X 6,00 M (SEM AMIANTO)	Material	UN	0,2040000	562,02	114,65	
				MO sem LS =>	2,87	LS =>	2,84	MO com LS =>	5,71
				Valor do BDI =>	26,44		Valor com BDI =>		151,23
				Quant. => 50,0000000 Preço Total =>				7.561,50	
6.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	94210	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	Telhamento para Cobertura	m²	1,0000000	50,52	50,52	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1660000	23,48	3,89	
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1280000	27,25	3,48	
Composição Auxiliar	93281	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF_03/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0053000	32,79	0,17	
Composição Auxiliar	93282	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHI e Improdutivo dos Equipamentos	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0073000	31,76	0,23	
Insumo	00001607	SINAPI	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA METALICA E UMA ARRUELA PVC - CONICAS)	Material	CJ	1,2600000	0,20	0,25	
Insumo	00004302	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16 " X 250 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA	Material	UN	1,2600000	3,00	3,78	
Insumo	00007194	SINAPI	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	Material	m²	1,3570000	28,54	38,72	
				MO sem LS =>	2,92	LS =>	2,89	MO com LS =>	5,81
				Valor do BDI =>	10,70		Valor com BDI =>		61,22
				Quant. => 30,0000000 Preço Total =>				1.836,60	
7			Limpeza da obra					1.643,92	
7.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Insumo	071810	SBC	CACAMBA DE ACO PARA LIXO/ENTULHO 5,0m3/LOCACAO 3 DIAS IDA E VOLTA	Material	UN	1,0000000	370,00	370,00	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	78,40		Valor com BDI =>		448,40
				Quant. => 3,0000000 Preço Total =>				1.345,20	
7.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	

Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	23,48	23,48	
Composição Auxiliar	95378	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,35	0,35	
Insumo	00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	Mão de Obra	H	1,0000000	16,55	16,55	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,82	1,82	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1,0000000	1,02	1,02	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1,0000000	1,36	1,36	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1,0000000	0,11	0,11	
Insumo	00043467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,57	0,57	
Insumo	00043491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	1,70	1,70	
				MO sem LS =>	8,48	LS =>	8,42	MO com LS =>	16,90
				Valor do BDI =>	4,97			Valor com BDI =>	28,45
				Quant. => 10,5000000				Preço Total =>	298,72
				Total sem BDI				181.775,60	
				Total do BDI				38.496,28	
				Total Geral				220.271,88	
Gabriel de Abreu Burgos Gonçalves Analista Engenheiro Civil Matrícula 109.107 CREA/SC 124317-0									

ANEXO III - COMPOSIÇÃO DO BDI

	COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI					
	REGIME DE INCIDÊNCIA CUMULATIVA DE PIS E CONFINS - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA					
	ITEM	COMPONENTES				
	1	DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	3,45%			
	2	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	1,68%			
	3	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS (S,R,G)	1,36%			
	3.1	SEGUROS (S)	0,30%			
	3.2	RISCOS (R)	0,56%			
	3.3	GARANTIAS (G)	0,50%			
	4	TRIBUTOS (I)	6,65%			
	4.1	ISS	3,00%			
	4.2	PIS	0,65%			
	4.3	COFINS	3,00%			
	5	LUCRO (L)	6,16%			
		BDI	21,19%			
	FÓRMULA UTILIZADA					
	Cálculo do BDI conforme Acórdão 2.369/2011 - Plenário					

Gabriel de Abreu Burgos Gonçalves
Analista Engenheiro Civil
Matrícula 109.107
CREA/SC 124317-0

ANEXO IV - ENCARGOS SOCIAIS

RIO GRANDE DO SUL		VIGÊNCIA A PARTIR DE		10/2021	
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,93%	Não incide	17,93%	Não incide
B2	Feriados	4,24%	Não incide	4,24%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,66%	0,87%	0,66%
B4	13º Salário	10,96%	8,33%	10,96%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,55%	Não incide	1,55%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	10,51%	7,99%	10,51%	7,99%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	47,00%	17,70%	47,00%	17,70%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,57%	3,47%	4,57%	3,47%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,43%	2,61%	3,43%	2,61%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,77%	2,11%	2,77%	2,11%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%	0,38%	0,29%
C	Total	11,26%	8,56%	11,26%	8,56%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,90%	2,97%	17,30%	6,51%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38%	0,29%	0,41%	0,31%
D	Total	8,28%	3,26%	17,71%	6,82%
TOTAL(A+B+C+D)		83,34%	46,32%	112,77%	69,88%

ANEXO V: CURVA ABC

Obra		Bancos		B.D.I.		Encargos Sociais					
Recuperação do		SINAPI -		21,19%		Desonerado:					
telhado - UA-Canoas		01/2026 -		Rio Grande		Horista: 99,24%					
		do Sul				Mensalista: 57,05%					
		SBC -									
		02/2026 -		Rio Grande							
		do Sul									
Curva ABC de Insumos											
Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quantidade	Valor		Total			Peso
					Operativa	Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Operativa		
00011067	SINAPI	TELHA TRAPEZOIDAL EM ALUMINIO, ALTURA DE *38* MM E ESPESSURA DE 0,5 MM (LARGURA TOTAL DE 1056 MM E COMPRIMENTO DE 5000 MM)	Material	UN	213,0000000		531,59		113.228,67		113.228,6751,40%
GAR15	Próprio	Cumeeira Aluzinc perfil trapezoidal, espessura 0,5mm, 103 x 60 cm	Material	m	197,0000000		74,54		14.684,38		14.684,38 6,67%
00004069	SINAPI	MESTRE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	102,1200000		132,90		13.571,75		13.571,75 6,16%
000027	Próprio	Kit linha de vida com 2 postes schedule 40, grampos 3/8" linha pesada, esticador 5/8x6" 1250kgf e 1 absorvedor de energia 1500kgf	Equipamento	un	3,0000000	0,0000000	3.150,94	3.150,94	9.452,82	0,00	9.452,82 4,29%
00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	Mão de Obra	H	390,9624046		20,05		7.838,80		7.838,80 3,56%

00007231	SINAPI	TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO 2 ABAS, DE 1,00 X 6,00 M (SEM AMIANTO)	Material	UN	10,2000000	681,11	6.947,32	6.947,32	3,15%
GAR14	Próprio	Parafuso Auto Brocante com arruela EPDM 12 x 2 1/2'	Material	Cento	79,1900000	70,41	5.575,77	5.575,77	2,53%
00004750	SINAPI	PEDREIRO	Mão de Obra	H	217,5156000	25,52	5.551,00	5.551,00	2,52%
00044475	SINAPI	GUINDASTE HIDRAULICO AUTOPROPELIDO, COM LANCA TELESCOPICA 28,80 M, CAPACIDADE MAXIMA 30 T, POTENCIA 97 KW, TRACAO 4 X 4	Equipamento	UN	0,0029424	1.648.990,78	4.851,99	4.851,99	2,20%
00002707	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO	Mão de Obra	H	27,3985200	156,88	4.298,28	4.298,28	1,95%
GAR13	Próprio	Fita EVA autocolante para assentamento de telhas em estrutura metálica 5mmx25mmx10m	Material	rolo	117,1500000	32,44	3.800,35	3.800,35	1,73%
00004783	SINAPI	PINTOR	Mão de Obra	H	99,7531161	25,52	2.545,70	2.545,70	1,16%
00041953	SINAPI	CABO DE ACO GALVANIZADO, DIAMETRO 12,7 MM (1/2"), COM ALMA DE FIBRA 6 X 25 F	Material	KG	31,5000000	77,41	2.438,42	2.438,42	1,11%
00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1.104,9551960	2,20	2.430,90	2.430,90	1,10%
00012869	SINAPI	TELHADOR	Mão de Obra	H	89,7842904	25,20	2.262,56	2.262,56	1,03%
00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Outros	H	1.104,9551960	1,64	1.812,13	1.812,13	0,82%
00004254	SINAPI	OPERADOR DE GUINDASTE	Mão de Obra	H	32,5238400	49,90	1.622,94	1.622,94	0,74%
00007194	SINAPI	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	Material	m²	40,7100000	34,58	1.407,75	1.407,75	0,64%
00004813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	Material	m²	2,8800000	484,76	1.396,11	1.396,11	0,63%
00002358	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA	Mão de Obra	H	32,1628800	42,08	1.353,41	1.353,41	0,61%
071810	SBC	CACAMBA DE ACO PARA LIXO/ENTULHO 5,0m3/LOCACAO 3 DIAS IDA E VOLTA	Material	UN	3,0000000	448,40	1.345,20	1.345,20	0,61%
00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Serviços	H	1.077,9551960	1,23	1.325,88	1.325,88	0,60%
00044499	SINAPI	AJUDANTE DE ESTRUTURAS METALICAS HORISTA	Mão de Obra	H	55,6347000	21,57	1.200,04	1.200,04	0,54%
00000532	SINAPI	AUXILIAR TECNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA (HORISTA)	Mão de Obra	H	24,1994400	40,04	968,95	968,95	0,44%
00043491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	404,5160680	2,06	833,30	833,30	0,38%
00001113	SINAPI	RUFO EXTERNO/INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 33 CM	Material	M	21,0000000	36,46	765,66	765,66	0,35%
00007307	SINAPI	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	Material	L	10,9800000	54,42	597,53	597,53	0,27%
00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	Material	L	77,6000000	7,44	577,34	577,34	0,26%
00013388	SINAPI	SOLDA EM BARRA DE ESTANHO-CHUMBO 50/50	Material	KG	1,1800000	403,45	476,07	476,07	0,22%
00040943	SINAPI	TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO (HORISTA)	Mão de Obra	H	10,1798000	46,51	473,46	473,46	0,21%
00006121	SINAPI	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	Mão de Obra	H	21,9200718	20,05	439,50	439,50	0,20%

00043489	SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	222,0000000		1,96		435,12		435,12	0,20%
00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	Material	CENTO	11,8200000		32,12		379,66		379,66	0,17%
00002701	SINAPI	INSTALADOR DE TUBULACOES (TUBOS/EQUIPAMENTOS)	Mão de Obra	H	9,1328400		41,20		376,27		376,27	0,17%
ART - DH	Próprio	ART CUSTO DA OBRA ACIMA DE R\$ 15.000,00 - 2024	Taxas	un	1,0000000		318,18		318,18		318,18	0,14%
00043467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	404,5160680		0,69		279,12		279,12	0,13%
00043466	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	98,3021760		2,58		253,62		253,62	0,12%
00043490	SINAPI	EPI - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	98,3021760		2,49		244,77		244,77	0,11%
00000252	SINAPI	AJUDANTE DE SERRALHEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	9,1038600		21,57		196,37		196,37	0,09%
00043465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	222,0000000		0,86		190,92		190,92	0,09%
00043483	SINAPI	EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	89,8339520		1,93		173,38		173,38	0,08%
00000142	SINAPI	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	Material	310ML	4,2200000		40,62		171,42		171,42	0,08%
00043487	SINAPI	EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	100,0000000		1,70		170,00		170,00	0,08%
00003768	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	Material	UN	30,0000000		5,38		161,40		161,40	0,07%
00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	Taxas	H	1.104,9551960		0,13		143,64		143,64	0,07%
00004302	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16 " X 250 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA	Material	UN	37,8000000		3,63		137,21		137,21	0,06%
00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	97,3030000		1,23		119,68		119,68	0,05%
00004315	SINAPI	GANCHO CHATO EM FERRO GALVANIZADO, L = 110 MM, RECOBRIMENTO = 100MM, SECAO 1/8 X 1/2" (3 MM X 12 MM), PARA FIXAR TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA	Material	UN	47,0000000		2,07		97,29		97,29	0,04%
00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	51,0000000		1,22		62,22		62,22	0,03%
00004312	SINAPI	FIXADOR DE ABA SIMPLES PARA TELHA DE FIBROCIMENTO, TIPO CANALETA 90 OU KALHETAO	Material	UN	15,5000000		2,82		43,71		43,71	0,02%

00004253	SINAPI	OPERADOR DE GUINCHO OU GUINCHEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,3243301		31,13		41,23		41,23	0,02%
00004509	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	9,2399040		4,38		40,47		40,47	0,02%
00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	Material	L	1,1000000		31,26		34,39		34,39	0,02%
00043459	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	89,8339520		0,36		32,34		32,34	0,01%
00043493	SINAPI	EPI - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	32,0000000		0,99		31,68		31,68	0,01%
00001213	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0863454		25,52		27,72		27,72	0,01%
00001607	SINAPI	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA METALICA E UMA ARRUELA PVC - CONICAS)	Material	CJ	84,8000000		0,24		20,35		20,35	0,01%
00007340	SINAPI	IMUNIZANTE PARA MADEIRA, INCOLOR	Material	L	0,4690080		37,65		17,66		17,66	0,01%
00043463	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	100,0000000		0,14		14,00		14,00	0,01%
00043482	SINAPI	EPI - FAMILIA ALMOXARIFE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	10,0000000		0,99		9,90		9,90	0,00%
00005104	SINAPI	REBITE DE REPUXO EM ALUMINIO VAZADO, DIAMETRO 3,2 X 8 MM DE COMPRIMENTO (1KG = 1025 UNIDADES)	Material	KG	0,0320000		106,92		3,42		3,42	0,00%
00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	97,3030000		0,03		2,92		2,92	0,00%
00043469	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	32,0000000		0,09		2,88		2,88	0,00%
00005061	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	Material	KG	0,1600000		16,88		2,70		2,70	0,00%
00005065	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	Material	KG	0,0325440		32,66		1,06		1,06	0,00%
00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	51,0000000		0,02		1,02		1,02	0,00%
00005069	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	0,0380160		17,49		0,66		0,66	0,00%
00036487	SINAPI	GUINCHO ELETRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFASICO DE 1,25 CV	Equipamento	UN	0,0001355		4.560,06		0,62		0,62	0,00%
00043458	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ALMOXARIFE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	10,0000000		0,06		0,60		0,60	0,00%
00002705	SINAPI	ENERGIA ELETRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	Material	KWH	0,4274400		1,27		0,54		0,54	0,00%

E
Equipamento pa

Ar

Encargos Com

Total sem BDI
Total do BDI
Total Geral

Gabriel de Abreu Burgos Gonçalves
Analista Engenheiro Civil
Matrícula 109.107
CREA/SC 124317-0

ANEXO VI: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO



Obra
Recuperação do telhado - UA-Canoas

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Rio
Grande do Sul
SBC - 02/2026 - Rio
Grande do Sul

B.D.I.
21,19%

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	15 DIAS
1	Elaboração de Projeto Executivo	100,00%	50,00%
		4.652,28	2.326,14
2	Serviços Preliminares	100,00%	
		31.801,74	
3	Instalação de telhas e cumeeiras no lanternim	100,00%	
		97.012,60	
4	Instalação de telhas e cumeeiras	100,00%	
		71.439,24	
5	Recuperação de estrutura metálica	100,00%	
		4.324,00	
6	Troca de telhas em fibrocimento nos prédios auxiliares	100,00%	
		9.398,10	
7	Limpeza da obra	95,00%	
		1.643,92	
Porcentagem			1,06%
Custo			2.326,14
Porcentagem Acumulado			1,06%
Custo Acumulado			2.326,14

Gabriel de Abreu Burgos Gonçalves
Analista Engenheiro Civil
Matrícula 109.107
CREA/SC 124317-0

ANEXO VII A: MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

À Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Ref.: Recuperação dos telhados e da estrutura do complexo armazenador da Unidade Armazenadora de Canoas.

Declaramos, por intermédio do(a) Sr.(a) _____, portador(a) da CI nº _____ e do CPF nº _____, representante da empresa _____, que, em atendimento ao previsto no Projeto Básico, comparecemos na Conab, localizada na Rua Santo Antônio, nº 465 - Bairro Mato Grande - Canoas/RS, e vistoriamos tecnicamente o telhado objeto dos serviços acima identificados, tomando pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato.

Declaramos, ainda, que não utilizaremos deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Conab.

_____/RS, ____ de _____ de 2026.

(assinatura)

Acompanhante Representante da Conab:

Nome: _____

Visto: _____

ANEXO VII B: MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

À Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Ref.: Recuperação dos telhados e da estrutura do complexo armazenador da Unidade Armazenadora de Canoas.

Declaramos, por intermédio do(a) Sr.(a) _____, portador(a) da CI nº _____ e do CPF nº _____, representante da empresa _____, que, apesar da possibilidade de realizar vistoria técnica no telhado objeto dos serviços acima identificados, localizado na Rua Santo Antônio, nº 465 - Bairro Mato Grande - Canoas/RS, optamos por não realizá-la e temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo, assim, total responsabilidade por esta opção.

Declaramos, ainda, que não utilizaremos deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Conab.

_____/RS, ____ de _____ de 2026.

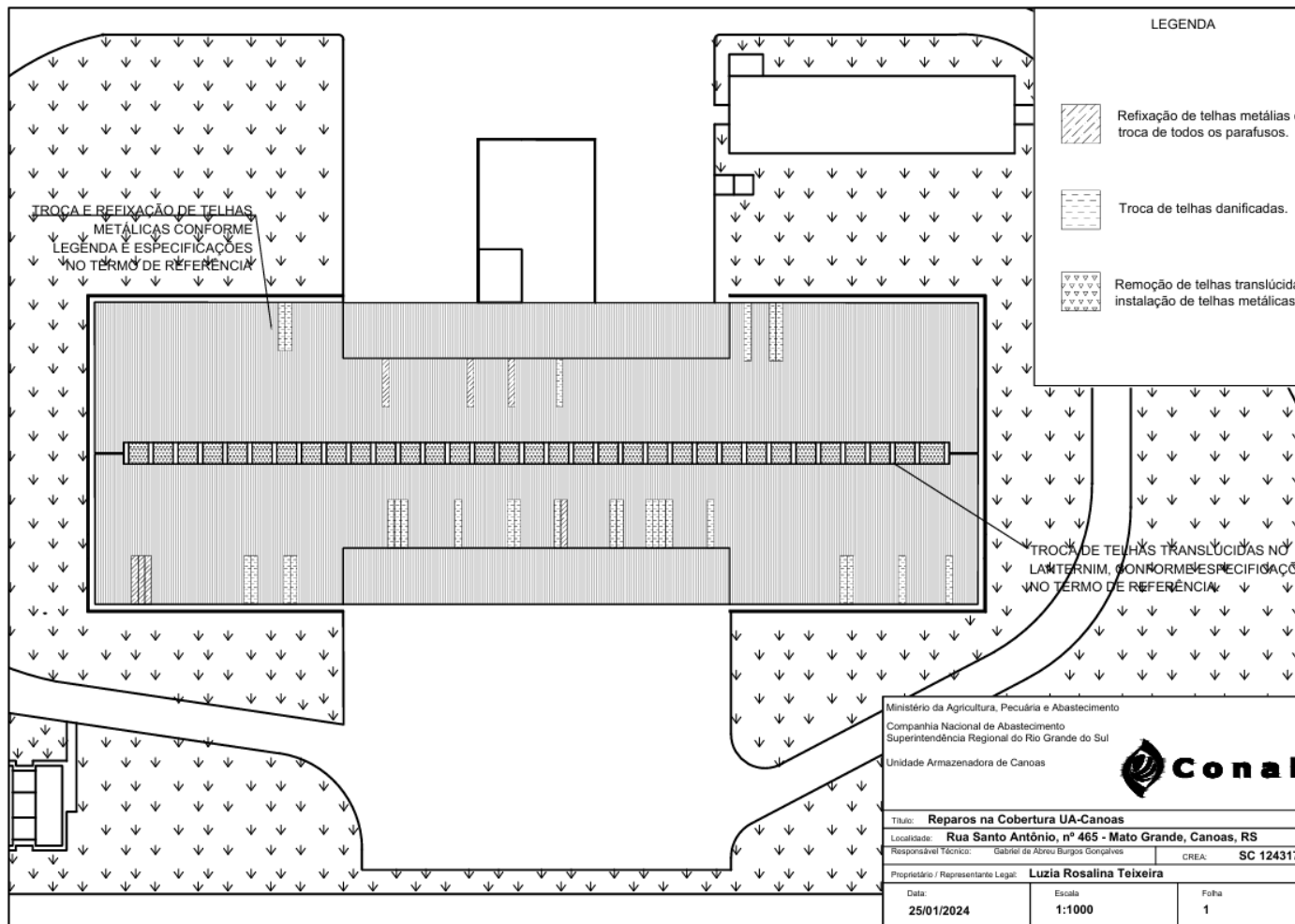
(assinatura)

Acompanhante Representante da Conab:

Nome: _____

Visto: _____

ANEXO VIII: PLANTA GRÁFICA



ANEXO IX: MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI				
REGIME DE INCIDÊNCIA CUMULATIVA DE PIS E CONFINS - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA				
ITEM	COMPONENTES			
1	DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)			
2	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)			
3	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS (S,R,G)			
3.1	SEGUROS (S)			
3.2	RISCOS (R)			
3.3	GARANTIAS (G)			
4	TRIBUTOS (I)			
4.1	ISS			
4.2	PIS			
4.3	COFINS			
5	LUCRO (L)			
	BDI			XXX
FÓRMULA UTILIZADA				
$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$				
Cálculo do BDI extraído do Acórdão 2.369/2011 - Plenário				

ANEXO X: MODELO DA PROPOSTA

ANEXO X - Modelo de Proposta							
	Obra			B.D.I.			
	Recuperação do Telhado - UA-Canoas			xx%			
Orçamento							
Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1	Etapa						
1.1	SERVIÇO A SER REALIZADO	und					
1.2	SERVIÇO A SER REALIZADO	und					
1.3	SERVIÇO A SER REALIZADO	und					
2	Etapa						
2.1	SERVIÇO A SER REALIZADO	und					
2.2	SERVIÇO A SER REALIZADO	und					
2.3	SERVIÇO A SER REALIZADO	und					
3	Etapa						
3.1	SERVIÇO A SER REALIZADO	und					
3.2	SERVIÇO A SER REALIZADO	und					
3.3	SERVIÇO A SER REALIZADO	und					
			Total sem BDI		xxxx		
			Total do BDI		xxxx		
			Total Geral		xxxx		

ANEXO XI: MODELO DE PLACA DE OBRA

Vista frontal da placa de obra



Vista Lateral da placa de obra



ANEXO XII A: MATRIZ DE RISCOS 1

Objeto: Contratação de empresa para recuperação de telhado na Unidade Armazenadora de Canoas.

Identificação	Avaliação	Tratamento ao Risco
---------------	-----------	---------------------

Identificação				Avaliação			Tratamento ao Risco	
Fases (1)	Evento de Risco (2)	Causas (3)	Consequências (4)	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco (6) (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco (7)	Responsável (8)
Planejamento	Nota Técnica: Nota técnica inconsistente, falta de detalhamento adequado da demanda.	- Inadequada verificação da legislação pertinente à demanda em análise; - Apresentação de solução técnica não pertinente;	-Impossibilidade de elaboração do projeto básico com base na nota técnica; -Solução técnica a ser adotada não atender a demanda desejada;	2	4	8	-Designar profissional capacitado e habilitado para a elaboração da Nota Técnica.	Contratante
Planejamento	Projeto Básico: Erro na elaboração do Projeto Básico (detalhamentos, especificações de materiais e serviços, especificações de caráter administrativo e contábil).	- Projeto básico elaborado em desacordo com a demanda.	Risco de paralisação do processo de contratação ou de contratação de serviço que não atenda as necessidades da CONAB.	3	4	12	- Designar profissional capacitado e habilitado para a elaboração do Projeto Básico.	Contratante
Planejamento	Falta de Recursos para a contratação	Falta de Orçamento, perda de prazos.	Paralisação do processo	3	4	12	- Celeridade nos processos, atentando para a ordem cronológica das tramitações estabelecida no RLC da Conab;	Contratante
Planejamento	Erro na elaboração da minuta de Contrato.	Falta de informações na documentação que antecede a elaboração da minuta do contrato, falta de conhecimento específico para elaboração do contrato.	Risco de perda de qualidade na execução dos serviços.	2	4	8	- Análise de contratações similares anteriores, buscando evitar falhas ao elaborar o Edital e minuta de Contrato.	Contratante
Seleção de Fornecedores	Contratação Fracassada	Dificuldade em cumprir as exigências do Projeto Básico por parte das empresas interessadas.	Não contratação do objeto.	2	3	6	-Busca de interessados que cumpram as exigências do Projeto Básico	Contratante
Gestão do Contrato	Danos às instalações da contratante.	Falta de planejamento e atenção na execução dos serviços.	Defeitos em estruturas não contempladas	2	2	4	- Especificar no projeto básico e no que não serão aceitos danos às instalações da contratada e em caso de ocorrência os mesmos serão cobrados da contratada.	Contratante/Contratada

Identificação				Avaliação			Tratamento ao Risco	
Gestão do Contrato	Risco de ocorrência de acidente de trabalho.	<p>Falta de treinamento dos colaboradores da contratada.</p> <p>Falta do uso correto de EPI's e EPC's;</p> <p>Falta de supervisão por falta da contratada.</p> <p>Fiscalização ineficiente por parte da contratante.</p>	Acidentes de trabalho e prejuízo nos prazos do Cronograma.	2	3	6	Exigir da contratada o cumprimento de toda a legislação referente à segurança e medicina do trabalho.	Contratante/Contratada
Gestão do Contrato	Falhas de execução	Falta de mão de obra qualificada ou uso de materiais de baixa qualidade.	Retrabalho e atrasos	2	2	4	<p>- Exigência de qualificação técnica da contratada;</p> <p>- Especificar corretamente os materiais a serem empregados, sem restringir a competição.</p> <p>- Fiscalização adequada por parte da contratante.</p>	Contratante
Gestão do Contrato	Aplicação de materiais com especificações diferentes das previstas.	Uso de má-fé da contratada e falha da equipe de fiscalização.	Execução do objeto fora dos padrões especificados no projeto básico. Paralisação da execução ou recusa da obra.	3	4	12	- Acompanhamento in loco da CONAB e da equipe de fiscalização.	Contratante
Gestão do Contrato	Atraso na entrega	Não cumprimento do prazo previsto em edital pela Contratada.	Atraso na entrega do objeto contratado.	2	3	6	- Acompanhamento in loco da CONAB e da equipe de fiscalização.	Contratante/Contratada
Gestão do Contrato	Contratada não apresentar a documentação prevista em contrato para fins de pagamento (certidões, comprovantes de pagamento aos empregados, etc.)	<p>- Problemas internos de gestão contratual;</p> <p>- Irregularidade fiscal ou trabalhista.</p>	<p>- Atraso no pagamento do contrato;</p> <p>- Aplicação de penalidades contratuais;</p>	2	2	4	- Manter em dia as condições de regularidade fiscal e trabalhista.	Contratante

1. Definição do risco nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedores e Gestão de Contratos.

- O evento de risco é incerto, que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
- Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
- Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
- A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida nas tabelas abaixo:

Escala de Probabilidade (P) - Associada às chances do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2

Escala de Probabilidade (P) - Associada às chances do risco ocorrer		
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de Impacto (I) - Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

6. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.
8. Identificar o responsável pela ação proposta.

ANEXO XII B: MATRIZ DE RISCOS 2

Anexo XII B - do Projeto Básico

Objeto: Contratação de empresa para recuperação dos danos causados pela tempestade com fortes ventos e granizo que atingiu a Unidade Armazenadora de Canoas em janeiro de 2024 (recuperação dos telhados e da estrutura do complexo armazenador)

Frações do objeto (Obras e serviços de engenharia)*	Permissão para inovar em soluções metodológicas e tecnológicas, desde que atento ao que foi delineado no projeto básico. (Sim/Não)
Projeto Executivo	SIM
Serviços preliminares	NÃO
Supraestrutura (pilares, vigas e vedações)	NÃO
Cobertura	SIM
Piso e pavimentação	NÃO SE APLICA

Frações do objeto (Obras e serviços de engenharia)*	Permissão para inovar em soluções metodológicas e tecnológicas, desde que atento ao que foi delineado no projeto básico. (Sim/Não)
Instalações	NÃO
Equipamentos	SIM
Esquadrias	NÃO SE APLICA
Revestimentos	NÃO
Sinalização	NÃO
Obras complementares	NÃO
Interferências	NÃO
Meio ambiente e paisagismo	NÃO

*Este Rol não é exaustivo.

ANEXO XIII - MINUTA DO CONTRATO

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**, Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, na forma preceituada no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis, e pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 16 de janeiro de 2024, publicada no DOU de 25/01/2024, Seção 1, Edição nº 18, com Matriz em Brasília-DF, no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", e Superintendência Regional no estado do Rio Grande do Sul, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, nº 57, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 26.461.699/0088-31, neste ato representada pelo Superintendente Regional no Rio Grande do Sul, e pelo Gerente de Finanças e Administração, doravante denominada **Contratante**, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº, com sede na Rua, neste ato representada pelo seu, senhor....., parte doravante denominada **Contratada**, resolvem celebrar o presente Contrato de que se regerá pelo Projeto Básico e seus anexos e pela proposta da **Contratada**, no que couber, independentemente de suas transcrições, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, pela Lei nº 13.303, de 2016 e demais legislações pertinentes, pelo ato que autorizou a lavratura deste Contrato, pela respectiva modalidade de contratação, Pregão Eletrônico, conforme previsto no Artigo 3º, Inciso LXXIV, e Artigo 292º do RLC, no modo de disputa aberto, conforme diretrizes dos Artigos 305 e 305-A do RLC., e pelas cláusulas e condições a seguir:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa de engenharia para realizar a troca de telhas, cumeeiras e refixação de elementos do telhado da Unidade Armazenadora de Canoas/RS, pertencente à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, empresa pública federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, localizada na Rua Santo Antônio, nº 465 - Bairro Mato Grande - Canoas/RS, compreendendo os seguintes serviços:
 - 1.1.1. Elaboração de Projeto Executivo;
 - 1.1.2. Remoção de telhas, rufos, e cumeeiras danificadas;
 - 1.1.3. Remoção de telhas translúcidas para substituição por telhas metálicas no lanternim;
 - 1.1.4. Limpeza, lixação e pintura de passivação na estrutura metálica exposta abaixo das telhas e demais elementos removidos;
 - 1.1.5. Instalação de telhas e cumeeiras nos locais indicados;
 - 1.1.6. Troca de parafusos danificados em telhas metálicas (refixar as telhas);
 - 1.1.7. Troca de telhas de fibrocimento danificadas nos edifícios auxiliares da Unidade (almoxarifado, higienização de paletes e "sala de aquecimento").
- 1.2. As especificações do objeto da contratação são aquelas descritas no Projeto Básico, o qual faz parte integrante deste Contrato.
- 1.3. Todas as despesas decorrentes dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 2.1. Os serviços serão executados indiretamente no regime de contratação semi-integrada, conforme item IV, alínea e, do art. 208 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.1. O conserto objeto deste contrato é enquadrado na categoria de serviço comum de engenharia, conforme inciso XC do artigo 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.
- 3.2. Os padrões de desempenho do serviço objeto deste contrato podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da **Contratada** e a **Contratante**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO**

- 4.1. A obra será realizado no seguinte local: Unidade Armazenadora de Canoas/RS, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, situada na Rua Santo Antônio, nº 465 – Bairro Mato Grande – Canoas – Rio Grande do Sul.
- 4.2. Os serviços, objeto deste contrato, assim como entregas e retiradas de materiais, ocorrerão somente em horário de expediente da **Contratante**, ou seja: das segundas às sextas-feiras, das 8 h às 12h e das 13h às 17h, exceto feriados e pontos facultativos em que a **Contratante** não desenvolva atividades na Unidade Armazenadora.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

- 5.1. O presente contrato tem natureza de contrato por escopo, com vigência de 01 (um) ano, contados da data limite para início da execução da obra, conforme item 5 do Projeto Básico, de __/__/__ a __/__/__, prazo este que abrange a execução, a fiscalização, o recebimento e demais atos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO E PRAZO DE EXECUÇÃO**

- 6.1. O prazo para início da obra será de até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, mediante autorização expedida pela **Contratante**.
- 6.2. A obra deverá ser executada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do início dos trabalhos, respeitando-se o cronograma físico-financeiro;
- 6.2.1. Caso haja necessidade de dilação do prazo estipulado para a execução dos serviços, a **Contratada** deverá formalizar solicitação, contendo as justificativas para o atraso, as quais serão apreciadas pela **Contratante** quanto à concessão ou não de prazo extra;

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO**

- 7.1. A **Contratante** pagará à **Contratada** o valor global de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx), mediante comprovação da entrega e execução dos serviços conforme especificado no item 22 do Projeto Básico e Cláusulas Dezesesseis, Dezesete e Vinte e Uma deste Contrato.
- 7.2. O Pagamento será efetuado em três etapas (15/30/45 dias), conforme Cronograma Físico-Financeiro;
- 7.3. O Valor contratado é fixo e irrevogável.

8. **CLÁUSULA OITAVA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS**

- 8.1. A obra será dividida em quatro etapas: projeto executivo, serviços preliminares, execução e limpeza da obra;
- 8.2. Em atendimento à NR-35 do Ministério do Trabalho, nos serviços realizados no telhado da Unidade da **Contratante** deverão ser empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's e EPC's) necessários à garantia da segurança dos trabalhadores.
- 8.2.1. Os trabalhadores deverão estar treinados para o trabalho em altura, devendo a **Contratada** apresentar os comprovantes das capacitações correlatas.
- 8.3. **Integra a etapa de elaboração do Projeto Executivo:**
- 8.3.1. O Projeto Executivo se constituirá em um conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa dos serviços, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT. Farão parte do escopo do Projeto Executivo a elaboração de listas de material por projeto ou etapa dos serviços, bem como a sua aprovação junto à prefeitura de Canoas, se for o caso, e demais órgãos fiscalizadores. Cada Projeto Executivo deverá ser composto dos mesmos elementos listados para o Projeto Básico, porém em grau de detalhe adequado à nova etapa de projeto, definindo detalhadamente todos os materiais (descrição e quantidade), acabamentos e normas para a execução dos serviços necessários à execução da obra, principalmente em relação à segurança do trabalho;
- 8.3.2. Deverão compor o projeto executivo: plantas (baixa e detalhes); memoriais descritivos; memórias de cálculo; planilha orçamentária para execução das obras, contendo código dos itens e planilha de referência (Sinapi, Orse, Sicro etc.); cronograma físico-financeiro; curva ABC; composição do BDI e composições unitárias.
- 8.4. **Integram os serviços preliminares:**
- 8.4.1. Demolições e remoções:
- 8.4.1.1. As demolições deverão ser executadas dentro da mais perfeita técnica, com equipamento adequado, tomando-se todas as precauções no sentido de ficarem perfeitamente garantidas a estabilidade das peças e a segurança dos operários;
- 8.4.1.2. Os materiais indicados pela Fiscalização deverão ser desmontados, retirados ou demolidos com cuidados especiais e transportados em cambucha;
- 8.4.1.3. Todos os materiais impréstáveis para a execução das obras e serviços ou provenientes de serviços de demolição serão removidos do recinto da obra pela **Contratada** para local indicado pela Fiscalização.
1. Na hipótese de não interessar à **Contratante**, estará a **Contratada** liberada para fazer a remoção a seu critério, observando as determinações da *NBR 15113 – Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Inertes* e legislação correlata.
- 8.4.1.4. A circulação sobre o telhado deverá ser realizada com todos os cuidados necessários para evitar danificar outras telhas e componentes que estejam em bom estado, preferencialmente com a utilização de tábuas e orientação aos funcionários.
- 8.4.1.5. O içamento de cargas, materiais e equipamentos deverá ser realizado com o uso de guindaste adequado, objetivando garantir a segurança da operação e integridade dos elementos do edifício.
- 8.4.2. Placa de Obra: Em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 e Decreto Regulamentador nº 7.724/2022, é necessário dar publicidade das obras públicas de forma a possibilitar o controle e verificação por parte da sociedade. Durante o período de realização da obra em questão, a contratada deverá manter placa de obra em chapa de aço galvanizado e adesivada, com padrão construtivo compatível com o caderno de especificações técnicas do SINAPI/Caixa, conforme modelo do Anexo deste Projeto Básico.
- 8.5. **Integram os serviços da fase de execução:**
- 8.5.1. Remoção de telhas (metálicas e translúcidas de fibra) e cumeeiras;
- 8.5.1.1. As telhas e cumeeiras danificados deverão ser desinstalados e removidos, observando os cuidados necessários à remoção também dos parafusos de fixação que porventura tenham permanecido fixados na estrutura metálica. Os quantitativos e locais onde as peças deverão ser desinstaladas e removidas estão indicados no Anexo VIII.
- 8.5.1.2. Os serviços de desinstalação e remoção deverão ser executados com ferramentas adequadas, com os devidos cuidados para

não danificar a estrutura metálica da cobertura. Deverá ser observada a correta remoção do material imprestável, em acordo com o item 8.3 deste contrato.

8.5.1.3. Deverá ser observada a garantia da segurança dos trabalhadores envolvidos no serviço, com a devida disponibilização de EPI's e EPC's em acordo com os riscos envolvidos em cada atividade, conforme determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais legislação vigente, em acordo com o item 8.2 deste Contrato.

8.5.1.4. Deverá ser prevista a instalação de linha de vida horizontal nas áreas de intervenção, de forma a cumprir as diretrizes da NBR 16.325 e NR-35.

8.5.2. Recuperação da estrutura metálica:

8.5.2.1. As estruturas metálicas (terças, tesouras e demais componentes) expostas com a remoção das telhas e demais componentes deverão ser devidamente limpas, escovadas com escovas de aço para remoção de carepas de corrosão, e posteriormente pintadas com tinta anticorrosiva alquídica (zarcão).

8.5.2.2. A aplicação da tinta alquídica deverá ser realizada observando as orientações técnicas do fabricante, contemplando todos os insumos necessários à sua perfeita aplicação, garantindo a uniformidade da película de proteção da estrutura e sua funcionalidade.

8.5.3. Instalação de telhas:

8.5.3.1. Deverão ser instaladas 28 folhas de telhas trapezoidais em liga de alumínio e zinco (aluzinc), em padrão compatível com as telhas existentes no local, de espessura 0,5mm, de dimensões também compatíveis (folhas de 12,5m x 1,45m), ou com área de cobertura equivalente, de forma a respeitar 0,40m de traspasse longitudinal e uma onda de traspasse transversal. Os locais de instalação estão indicados em planta gráfica no Anexo VIII.

8.5.3.2. As referidas telhas deverão ser fixadas na estrutura metálica com a utilização de parafusos zincados autobrochantes sextavados com arruela de vedação em EPDM e fita/cinta EVA (largura 25mm e espessura 5mm) na interface entre a estrutura metálica e as telhas. A fixação deverá ser nas ondas baixas das telhas.

8.5.3.3. Para fixar as telhas na estrutura deverá ser utilizados a quantidade de parafusos indicadas pelo fabricante, de forma a garantir estabilidade e durabilidade ao sistema.

8.5.3.4. No transpasse transversal deverão ser utilizados parafusos telheiros para fixação de uma chapa de telha à outra, em acordo com as orientações do fabricante.

8.5.4. Instalação de telhas no lanternim

8.5.4.1. Deverão ser instaladas 272 folhas de telhas trapezoidais em liga de alumínio e zinco (aluzinc), em padrão compatível com as telhas existentes no local, de espessura 0,5mm, de dimensões também compatíveis (folhas de 2,50m x 1,10m), ou com área de cobertura equivalente, de forma a respeitar no mínimo uma onda de traspasse transversal. Deverão ser substituídas todas as telhas translúcidas do lanternim. Os locais de instalação estão indicados em planta gráfica no ANEXO VIII deste Projeto Básico.

8.5.4.2. As referidas telhas deverão ser fixadas na estrutura metálica com a utilização de parafusos zincados autobrochantes sextavados com arruela de vedação em EPDM e fita/cinta EVA (largura 25mm e espessura 5mm) na interface entre a estrutura metálica e as telhas. A fixação deverá ser nas ondas baixas das telhas.

8.5.4.3. Para fixar as telhas na estrutura deverá ser utilizada a quantidade de parafusos indicadas pelo fabricante, de forma a garantir estabilidade e durabilidade ao sistema.

8.5.4.4. No transpasse transversal deverão ser utilizados parafusos telheiros para fixação de uma chapa de telha à outra, em acordo com as orientações do fabricante.

8.5.5. Algerosas (rufos)

8.5.5.1. Deverão ser revisados e refixados um total de 40 metros lineares de algerosas em liga de alumínio e zinco (aluzinc), que apresentaram deformações devido ao temporal.

8.5.5.2. Esses elementos deverão ser devidamente fixados nas telhas e estruturas adjacentes com a utilização de parafusos telheiros, de forma a garantir a estanqueidade e estabilidade do sistema.

8.5.6. Instalação de cumeeiras:

8.5.6.1. Deverão ser instalados um total de 197 metros de cumeeiras em liga de alumínio e zinco (aluzinc), em padrão compatível com os elementos existentes no local, de dimensões também compatíveis e espessura de 0,5mm. Os locais de instalação estão indicados em planta gráfica no ANEXO VIII do Projeto Básico.

8.5.6.2. Esses elementos deverão ser devidamente fixados nas telhas e estruturas adjacentes com a utilização de parafusos telheiros, de forma a garantir a estanqueidade e estabilidade do sistema.

8.5.7. Troca de parafusos de fixação e refixação de telhas:

8.5.7.1. Nos locais indicados no Anexo VIII do Projeto Básico., deverão ser realizadas as trocas dos parafusos que estão soltos e/ou danificados.

8.5.7.2. Os parafusos antigos deverão ser removidos e substituídos por novos em toda a folha de telha que sofrerá a referida intervenção.

8.5.7.3. Os parafusos a serem utilizados são do tipo autobrochantes zincados sextavados com arruela de vedação em EPDM, compatíveis com os elementos estruturais e telhas do local.

8.5.8. Instalação de telhas em fibrocimento

8.5.8.1. Deverão ser trocadas as telhas danificadas em fibrocimento nas edificações de apoio da Unidade Armazenadora, sendo elas o almoxarifado, a "sala de aquecimento" e a baía de higienização de paletes.

8.5.8.2. Na cobertura do almoxarifado, deverão ser trocados 9 peças de telhas estruturais de fibrocimento (calhetão), de dimensões 1,0 m x 5,5 m e espessura de 8mm, do tipo kalhetao, totalizando aproximadamente 50m² de telhas. Também deverão ser trocadas as cumeeiras danificadas no local.

8.5.8.3. Na cobertura da "sala de aquecimento" e nas baias de higienização de paletes deverão ser trocadas aproximadamente 30 m² de telhas onduladas em fibrocimento, de espessura 6mm.

8.5.8.4. A fixação das telhas de fibrocimento que serão trocadas deverá respeitar as orientações dos fabricantes do material, considerando o tipo de estrutura onde será realizada a fixação (madeira ou metálica), devendo garantir a estanqueidade e durabilidade do sistema.

8.6. **Integram os serviços de limpeza da obra:**

8.6.1. Retirada de entulho:

8.6.1.1. Todos os serviços de retirada deverão ser executados conforme indicação da fiscalização da **Contratante**.

8.6.1.2. Todo material inservível deverá ser depositado em caçambas adequadas e carregado para fora do local de obra;

8.6.1.3. Durante todo o tempo da obra, fica a cargo da **Contratada** a limpeza de todo o quadro da obra e destinação dos materiais inservíveis;

8.6.1.4. A armazenagem, antes da destinação, deve garantir que os materiais não ofereçam risco aos operários, bem como não

atrapalhem os fluxos operacionais da **Contratante**;

8.6.1.5. O local de trabalho deverá ser mantido, durante todo o andamento da obra, tanto quanto possível, livre de obstáculos, detritos, entulhos, enfim, tudo que restrinja a liberdade de trabalho ou contrarie as “Normas de Higiene e Segurança no Trabalho”.

8.6.2. Limpeza final:

8.6.2.1. A obra será, após a sua conclusão, completamente limpa, de modo a permitir o seu uso imediato;

8.7. Antes da entrega, deverá ser procedida uma vistoria completa, a fim de se verificar o seu estado final;

8.8. A **Contratada** será responsável por todo e qualquer dano ocorrido nos acabamentos dos ambientes decorrentes dos seus trabalhos ou do seu pessoal, fazendo as suas custas toda a recuperação necessária;

8.9. As instalações provisórias, assim como qualquer material, equipamento ou ferramenta, deverão ser retirados da obra.

9. CLÁUSULA NONA - DOS CRITÉRIOS DE SIMILARIDADE

9.1. Todas as marcas e fabricantes citados poderão ser substituídos por equivalentes, desde que sejam comprovados por laudos técnicos e aprovação prévia da Fiscalização da Conab;

9.1.1. Entende-se por materiais, produtos e/ou processos equivalentes aqueles com certificação ISO-9000 ou INMETRO e cujos testes específicos, realizados em laboratórios idôneos e especializados tenham apresentado resultados equivalentes quanto aos diversos aspectos de desempenho, durabilidade, dimensões, resistências diversas e confiabilidade.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

10.1. A **Contratada** deve apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, emitida pelo CREA da região onde será executado o objeto, em até 5 dias após a assinatura do contrato;

10.2. Os custos para as emissões das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) serão de exclusiva responsabilidade da **Contratada**;

10.3. A **Contratada** deve apresentar a baixa da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em até 15 dias após a finalização da obra ou serviço.

10.4. Caso haja substituição de Responsável Técnico, deverá haver comunicação formal à **Contratante**, com antecedência.

10.4.1. No caso de substituição de Responsável Técnico, deverá ser apresentada à **Contratante**, antes da assunção dos trabalhos, a nova Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, emitida pelo CREA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para a Conab por meio do Programa de Trabalho 229526, Natureza de Despesa 33.90.39-17, Fonte 1000A002SE, Plano Interno RECUPERA UN.

12.2. Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato foi emitida a Nota de Empenho NE XXXXXXXXXXXX.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **Contratada**, de acordo com as cláusulas contratuais, o Projeto Básico e os termos de sua proposta;

13.2. Relacionar-se com a **Contratada** exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

13.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;

13.4. Nomear um fiscal ou comissão para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, o(a) qual deverá fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas;

13.5. Permitir acesso dos empregados da **Contratada** às dependências da **Contratante** a fim de cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do Projeto Básico;

13.6. Atestar a execução dos serviços, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à **Contratada**;

13.7. Autorizar serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado previamente submetido à Contratante e aprovado pela Administração, desde que comprovadas as necessidades deles;

13.8. Efetuar os pagamentos à **Contratada** conforme previsto, após o cumprimento das formalidades legais;

13.9. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação

13.10. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Projeto Básico e nas cláusulas do contrato

13.11. Aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Projeto Básico e no contrato;

13.12. Impedir que terceiros realizem o objeto do Projeto Básico;

13.13. Receber o objeto conforme condições estabelecidas no Projeto Básico e neste contrato;

13.14. Verificar a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente e definitivamente com as especificações constantes do Projeto Básico;

13.15. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que sejam reparadas ou corrigidas.

13.16. Rejeitar, no todo ou em parte o serviço em desacordo com o previsto no Projeto Básico, na Proposta e/ou no Contrato

13.17. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de empregado ou comissão especialmente designada;

13.18. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação de serviços, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico, na Proposta e/ou no Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Iniciar os serviços somente após a assinatura do contrato;

14.2. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, emitida pelo CREA ou CAU da região onde será executado o objeto, em até 5 dias após a assinatura do contrato;

14.3. Comunicar, previamente, a substituição de Responsável Técnico e apresentar à Contratante, antes da assunção dos trabalhos, a nova Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, emitida pelo CREA ou CAU RS;

14.4. Submeter à aprovação prévia da **Contratante** todas as substituições de materiais e equipamentos de referência existentes na especificação do Projeto Básico;

14.4.1. A **Contratante** poderá determinar a troca de material ou equipamento instalado, sem prévia aprovação;

- 14.5. Realizar o objeto deste Contrato em consonância com o cronograma físico-financeiro, anexo do Projeto Básico;
- 14.6. Dispor das ferramentas, dos instrumentos, peças e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, objeto do contrato firmado;
- 14.7. Não permitir que seus funcionários solicitem serviços, materiais ou equipamentos às empresas terceirizadas e colaboradores da **Contratante**;
- 14.8. Proteger adequadamente todos os bens da **Contratante** que estiverem no local de execução do serviço, a fim de que não sejam deteriorados em função do desenvolvimento dos trabalhos;
- 14.9. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da **Contratante** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- 14.10. Seguir normas oficiais vigentes, bem como as práticas usuais consagradas para a perfeita execução das obras ou serviços de engenharia;
- 14.11. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes, quando da utilização de equipamentos e materiais, cabendo à **Contratada**, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrentes de sua má aplicação;
- 14.12. Fornecer, além dos materiais especificados e mão de obra especializada, todas as ferramentas e equipamentos necessários e apropriados à execução do objeto, ficando responsável por sua guarda e transporte;
- 14.13. Responder por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários, prepostos e fornecedores, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a **Contratante** por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora;
- 14.14. Não se prevalecer de qualquer erro ou omissão para se eximir de suas responsabilidades, obrigando-se a satisfazer a todos os requisitos constantes nas especificações;
- 14.15. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outrem, sejam fabricantes, técnicos e outros;
- 14.16. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a **Contratante**;
- 14.17. Manter os seus funcionários sujeitos às regras disciplinares do ambiente onde serão realizados os serviços contratados.
- 14.18. Manter seus funcionários identificados por crachá, quando no recinto da **Contratante**;
- 14.19. Substituir, caso exigido pela **Contratante** e independente de justificativa por parte desta, qualquer funcionário cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inconvenientes, prejudiciais ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse público;
- 14.20. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução do objeto, incluindo a solidez e segurança da construção;
- 14.21. Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas, inclusive aos não aprovados pela **Contratante** por defeitos/falhas na execução;
- 14.22. Providenciar, às suas expensas, atestado de equivalência de desempenho dos materiais emitido por instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similares;
- 14.23. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, os serviços efetuados referentes à obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da notificação por parte da **Contratante**;
- 14.24. Responsabilizar-se pelas despesas da rejeição/substituição de equipamentos, materiais e serviços, quando não aprovados pela **Contratante**;
- 14.25. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de preservar pessoas e materiais e evitar qualquer tipo de acidente;
- 14.26. Instalar placa de identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação pertinente, conforme descrito no Projeto Básico;
- 14.27. Remover a metralha e todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final;
- 14.28. Garantir os materiais utilizados e os serviços prestados, conforme Cláusula Oitava;
- 14.29. Apresentar relação nominal de todos os funcionários que executarão tarefas na obra, com vistas à permissão de ingresso nas dependências da **Contratante**;
- 14.30. Permitir acesso aos técnicos e Fiscalização da **Contratante** às instalações onde estarão estocados os materiais a serem utilizados na obra;
- 14.31. Comunicar imediatamente quaisquer irregularidades/anormalidades que possam comprometer a eficiência, responsabilidade e qualidade dos serviços, dando ciência à **Contratante**, por escrito, para a adoção das providências cabíveis;
- 14.32. Submeter as amostras de todos os materiais ao crivo da Fiscalização da **Contratante** antes de sua aplicação;
- 14.33. Remanejar quaisquer redes, grades ou empecilhos porventura existentes no local da obra;
- 14.34. Providenciar e manter diário de obras, de qualidade resistente, com páginas numeradas em sequência e rubricadas pela Fiscalização, no qual serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execuções formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro;
- 14.34.1. O diário de obras deverá ser reproduzido em 03 (três) vias e caberá ao responsável técnico da **Contratada** o seu preenchimento;
- 14.34.2. Diariamente será dada ciência do preenchimento do diário à Fiscalização da **Contratante**, a qual anotarás as ocorrências e determinará o que for preciso à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 14.34.3. Ao final da obra, 02 (duas) vias ficarão sob posse da **Contratante**;
- 14.35. Executar fielmente os serviços programados no Projeto Básico, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordâncias da **Contratante**;
- 14.35.1. Na existência de serviços não descritos, mas necessários, a **Contratada** somente poderá executá-los após a aprovação formal da **Contratante**;
- 14.36. Considerar que a ação da fiscalização da **Contratante** não exonera a **Contratada** de responsabilidades contratuais;
- 14.37. Acatar todas as orientações da **Contratante**, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 14.38. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 497 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC;

- 14.39. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 14.40. Cumprir todas as obrigações constantes do Projeto Básico, seus anexos, sua proposta e firmadas neste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.41. Informar à **Contratante**, formalmente, nome e número(s) de telefone(s) do Responsável Técnico designado para o serviço;
- 14.41.1. Comunicar à Contratante, de imediato, no caso de alteração de telefone;
- 14.42. Informar à **Contratante**, na data de assinatura deste contrato, o(s) número(s) de telefone(s), e-mail(s) a serem contatados para solução de questões administrativas e financeiras;
- 14.42.1. Comunicar à **Contratante**, no caso de alteração dos dados;
- 14.43. Manter atualizados, junto à **Contratante**, os endereços físico e eletrônico, assim como os dados cadastrais.
- 14.44. Executar os serviços com observância das especificações técnicas conforme legislação vigente e normas da ABNT, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, se necessário.
- 14.45. Utilizar mão de obra capacitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade.
- 14.46. Apresentar comprovante de capacitação dos funcionários para trabalho em altura, conforme NR-35 do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 14.47. Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo atendimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação de seus empregados, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados.
- 14.48. Cumprir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 14.49. Fornecer aos seus funcionários e fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços, conforme normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- 14.50. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, os seus funcionários forem vítimas no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência;
- 14.51. Ser responsável pelos danos causados diretamente à **Contratante** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços;
- 14.52. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários quando da execução dos serviços;
- 14.53. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na **Contratante**, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 14.54. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.55. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 14.56. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 497 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.
- 14.57. Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas;
- 14.58. Cumprir todas as obrigações constantes do Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.59. Não subcontratar a prestação dos serviços objeto da contratação;
- 14.60. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, de seus funcionários, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à **Contratante**;
- 14.61. Responsabilizar-se civil e penalmente por todos os atos praticados pelos seus funcionários na execução do contrato;
- 14.62. Apresentar a Nota Fiscal/Fatura em tempo hábil para procedimentos de conferência por parte da **Contratante**;
- 14.63. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **Contratante**, durante a vigência do contrato;
- 14.64. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato sem prévia autorização da **Contratante**;
- 14.65. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Qualificação Técnica, Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Trabalhista e Qualificação Econômico Financeira exigidas;
- 14.66. Providenciar a imediata e total limpeza do local após a conclusão do serviço.
- 14.67. Manter atualizado junto à Contratante o seu endereço de correspondência, bem como endereço eletrônico e telefone de contato.
- 14.68. Apresentar a baixa da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em até 15 dias após a finalização da obra ou serviço;
- 14.69. Cumprir o cronograma físico-financeiro constante do Projeto Básico.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS GARANTIAS

- 15.1. A **Contratada** deverá garantir, pelo **prazo mínimo de 01 (um) ano**, a solidez e segurança de todos os serviços executados, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 15.2. Durante o período de garantia, a **Contratada** deverá atender aos chamados da **Contratante** em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal.
- 15.2.1. O não atendimento sujeitará a **Contratada** às penalidades previstas neste Contrato.
- 15.3. A **Contratada** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, no prazo de 10 dias da assinatura do contrato, mediante a opção de alguma das seguintes modalidades:
- 15.3.1. Caução em dinheiro ou títulos de dívidas públicas;
- 15.3.2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da **Contratante**;
- 15.3.3. Seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço", ou fiança bancária;
- 15.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- 15.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 15.4.2. Prejuízos diretos causados à **Contratante** ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 15.4.3. Multas contratuais aplicadas pela **Contratante** à **Contratada**;
- 15.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;
- 15.6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **Contratante** a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 569 do RLC;
- 15.7. A critério da **Contratante**, o prazo disposto no item 15.3 poderá ser prorrogado por igual período;
- 15.8. A **Contratada**, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária;
- 15.9. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato;
- 15.10. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;
- 15.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **Contratada** obriga-se a realizar a respectiva reposição;
- 15.11.1. O prazo máximo para reposição, contados da data em que for notificada a contratada é de 30 (trinta) dias úteis;
- 15.12. A **Contratante** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;
- 15.13. Será considerada extinta a garantia:
- 15.13.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **Contratante**, mediante Termo Circunstanciado, de que a **Contratada** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 15.13.2. Com a sua total utilização por parte da **Contratante** dentro do prazo de validade previsto no item 15.9;
- 15.13.3. Com a expiração do prazo de validade da garantia.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO, DA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 16.1. A **Contratada** deverá apresentar, antes do início dos serviços, cronograma simplificado dos serviços, definindo claramente a data da entrega do objeto contratado;
- 16.2. A fiscalização será exercida, em caráter permanente, por intermédio de pessoal especializado da **Contratante**;
- 16.3. A Fiscalização da **Contratante** terá plena autoridade para suspender os serviços, total ou parcialmente, sempre que o julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da Fiscalização;
- 16.4. A **Contratante** e/ou seus prepostos terão livre acesso a toda e qualquer instalação da **Contratada**, no local da obra, que estejam ligados ao objeto contratado;
- 16.5. Caberá exclusivamente à **Contratada** refazer os serviços não aprovados pela Fiscalização;
- 16.6. Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a **Contratada** far-se-ão sempre por escrito, por meio do Livro de Obras, assinado por seus representantes credenciados nas devidas oportunidades, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;
- 16.7. Todas as solicitações efetuadas pela Fiscalização da **Contratante** ao(s) Engenheiro(s) condutor(es) dos serviços da **Contratada** serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à **Contratada**;
- 16.8. Todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) Engenheiro(s) condutor(es) dos serviços da **Contratada**, ou ainda, omissão do(s) mesmo(s), serão considerados para todo e qualquer efeito como tendo sido da **Contratada**;
- 16.9. Os materiais ou equipamentos fornecidos, como também, os serviços executados pela **Contratada** que não atenderem às especificações ou condições avençadas serão recusados pela **Contratante** e deverão ser substituídos ou refeitos no prazo de até 15 (quinze) dias, com nova notificação à **Contratante** quando do término, conforme disposto na cláusula quatorze, item 14.24 deste Contrato.
- 16.10. A presença da Fiscalização, durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a **Contratada**, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.
- 16.11. A **Contratada** deverá afastar imediatamente do serviço e do canteiro de obras todo e qualquer funcionário julgado pela Fiscalização da **Contratante** como conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento dos serviços;
- 16.12. Os serviços e os materiais fornecidos serão objetos de medição para efeito de pagamento, observando os preços estabelecidos na planilha orçamentária da proposta e os respectivos quantitativos verdadeiramente executados ou fornecidos no período considerado da medição mensal;
- 16.13. A medição seguirá, para todos os efeitos, o cronograma físico-financeiro constante da proposta da **Contratada**, em consonância com o Projeto Básico;
- 16.14. Não havendo ressalvas ou restrições, os serviços que integram a planilha orçamentária serão gradualmente aceitos e efetivamente pagos.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 17.1. Concluídos os serviços, que englobam todas as adequações civis, a **Contratada** notificará o **Contratante**;
- 17.2. O **Contratante**, verificando adequado cumprimento de todas as condições do contrato, promoverá o recebimento provisório dos serviços, lavrando o Termo de Recebimento Provisório, o qual será assinado pelas partes;
- 17.3. O prazo para recebimento provisório do objeto será de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da comunicação escrita da **Contratada**, mediante as vistorias e correspondente Termo de Recebimento Provisório;
- 17.4. Após o recebimento provisório, o **Contratante** verificará o cumprimento pela **Contratada** de todas as condições do contrato e técnicas, além de todas as exigências referentes à incompatibilidade dos serviços, bem como qualquer alteração que se fizer necessária e seja pertinente ao objeto da presente contratação;
- 17.5. Verificado o adequado cumprimento de todas as condições do contrato, a **Contratante** receberá definitivamente o objeto, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo, o qual será assinado pelas partes;
- 17.6. O prazo para recebimento definitivo do objeto será de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data do recebimento provisório;

17.7. O Termo de Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da **Contratada** pela perfeita execução dos serviços executados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente, em conformidade com o art. 618 do Código Civil;

17.8. Após a conclusão dos serviços, os locais deverão ser completamente limpos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1. Compete à **Contratada**, no que couber, atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

18.2. A **Contratada** se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante pelos eventuais prejuízos causados à **Contratante**.

18.3. A **Contratada** deve, sempre que necessário, adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

18.3.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes;

18.3.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

18.3.3. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

18.3.4. Utilização racional de água e energia;

18.3.5. Utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental;

18.3.6. Fornecimento de produtos cujas embalagens sejam preferencialmente fabricadas com materiais que possam ser reciclados;

18.3.7. Adoção dos princípios e instrumentos introduzidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10, e seu regulamento; Decreto nº 7.404/10, na qual se destacam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, estabelecido pela Resolução CONAMA Nº 307, de 5 de julho de 2002.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

19.1. A **Contratada** se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Projeto Básico.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

20.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, conforme disposto no Projeto Básico.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

21.1. O Pagamento será efetuado em três etapas (15/30/45 dias), conforme Cronograma Físico-Financeiro;

21.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, por intermédio de ordem bancária, e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela Conab;

21.3. O pagamento, em favor da Contratada, ocorrerá em parcelas, de acordo com o avanço físico de cada etapa do cronograma físico-financeiro, e somente após a conclusão de cada etapa, no valor correspondente ao somatório dos diversos itens efetivamente concluídos, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente;

21.4. A Contratada deverá apresentar, junto com a nota fiscal, as aferições efetuadas, por meio de um boletim de medição com a discriminação dos itens a serem pagos e os respectivos percentuais de execução físico-financeira, além de um breve relatório técnico e laudo;

21.5. O pagamento será efetuado pela Conab no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

21.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida de autorização da Contratante.

21.7. Deverão constar na nota fiscal as seguintes informações:

21.7.1. Endereço, CNPJ, número da nota de empenho, valor dos serviços prestados, código do banco, da agência e número da conta-corrente da empresa, além da descrição clara dos serviços prestados e materiais e fornecidos;

21.7.2. A alíquota do imposto sobre serviços (ISS) incidente sobre o valor da nota fiscal e seu fundamento legal;

21.7.3. A alíquota correspondente, bem como o código da receita, para fins de retenção tributária relativa aos tributos federais (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP), conforme Anexo I da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

21.8. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que realize cessão ou locação de mão de obra, de acordo com o inciso XII, art. 17, da Lei Complementar nº 123/2006;

21.9. A Contratada deverá encaminhar, com a nota fiscal, os comprovantes de regularidade fiscal, quando a comprovação não puder ser feita por consulta ao SICAF, independentemente de solicitação da Conab;

21.10. O atraso na apresentação, por parte da Contratada, da fatura ou dos documentos exigidos como condição de pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da Conab;

21.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

21.12. Antes de cada pagamento será realizada consulta ao Sicaf - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis ao contratado, prorrogável uma vez por igual período a critério da Contratante, para a regularização ou apresentação da sua defesa.

21.12.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Contratante, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.12.2. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada à Contratada a ampla defesa.

21.12.3. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz ou pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no Sicaf - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

21.13. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

21.14. As eventuais multas impostas à Contratada em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

21.15. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios devidos;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação em atraso.

21.16. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

21.17. À Conab, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de entrega e aceitação, a execução do objeto não estiver em conformidade com as especificações estipuladas no Projeto Básico;

21.18. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado ou comissão designada para o recebimento condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação aos serviços efetivamente prestados;

21.19. Dos pagamentos devidos à Contratada serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. A Contratada/Adjudicatária em caso de inadimplemento de suas obrigações, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC e na Lei nº 13.303/2016, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva:

22.1.1. Advertência;

22.1.2. Multa moratória;

22.1.3. Multa compensatória;

22.1.4. Multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;

22.1.5. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

22.2. As sanções previstas nos itens 22.1.1. e 22.1.5. poderão ser aplicadas com as dos itens 22.1.2., 22.1.3. e 22.1.4.

22.3. A concorrente ou interessada que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas nesta Cláusula Vigésima Segunda.

22.4. A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula realizar-se-á em processo administrativo assegurada a ampla defesa e o contraditório à Contratada observando-se as regras previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.

22.5. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

22.6. Da sanção de advertência:

22.6.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Contratante, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

22.6.2. A aplicação da sanção do item 22.6.1., anterior, importa na comunicação da advertência à Contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao SicaF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

22.7. Da sanção de multa:

22.7.1. Em decorrência da prática por parte da concorrente ou interessada, das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor estimado para a contratação em questão

22.7.2. Multa moratória de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias.

22.7.2.1. Após o décimo quinto dia, a critério da Conab, no caso de inexecução, poderá ocorrer a não aceitação do objeto de forma a configurar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral.

22.7.3. Multa moratória de 0,30% (zero vírgula trinta por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto no item 22.7.2. até o limite de 15 (quinze) dias.

22.7.4. Multa compensatória no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato.

22.7.5. Multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o sobre o valor global do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato, motivada por descumprimento contratual por parte da Contratada.

22.7.5.1. Em havendo rescisão por interesse público, conforme Art. 492 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, não haverá cobrança de multa.

22.7.6. Multa compensatória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o sobre o valor global do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

Infração			
Item	Descrição	Grau	Incidência
01	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições ou às regras do ambiente.	01	Por funcionário e por dia

02	Deixar de remover a metralha e todos os materiais que sobraem no local da obra	02	Por ocorrência
03	Deixar de promover a limpeza no local da obra	02	Por ocorrência
04	Deixar de apresentar, de forma reincidente, a documentação exigida pela contratada dentro dos prazos estipulados.	02	Por serviço e por dia
05	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	03	Por dia
06	Deixar de cumprir qualquer item do Projeto Básico seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	03	Por item e por ocorrência
07	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	04	Por ocorrência

Tabela 2

Grau	Correspondência
01	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
03	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
04	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

22.8. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Não poderão ser aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador; caso contrário, configurará repetição da sanção (*bis in idem*).

22.9. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no Sicaf – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

22.10. Da sanção de suspensão:

22.10.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **Contratante** em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à **Contratante**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

22.10.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **Contratante**, por até 02 (dois) anos, será realizada de acordo com os arts. 579 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC e registrada no Sicaf – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores e no Cadastro de Empresas Inidôneas – CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

22.10.3. Em decorrência da prática por parte da **Contratada** interessada, das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **Contratante**.

22.10.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre concorrentes ou interessadas, em qualquer momento da cotação, mesmo após o encerramento da fase de entrega de propostas.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1. A inexecução total do contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 568 a 572 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.

23.2. A rescisão poderá ser:

23.2.1. Por ato unilateral e escrito da **Contratante**;

23.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **Contratante**;

23.2.3. Judicial, por determinação judicial.

23.3. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

23.4. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

23.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **Contratada** o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos arts. 582 a 593 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.

23.6. A rescisão deverá ser formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o

respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

23.7. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido por:

23.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

23.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.7.3. Indenizações e multas.

24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES**

24.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre a **Contratante** e a **Contratada** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

24.2. A Matriz de Riscos, do Projeto Básico, constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição.

24.3. A **Contratada** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos.

24.4. A **Contratada** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à **Contratante**, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.

25. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

25.1. A **Contratada** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.2. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas do artigo 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

25.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item 24.1., salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os Contratantes.

25.4. Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **Contratada**.

25.5. A **Contratada** somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos.

26. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

26.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **Contratada** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da **Contratante** à continuidade do Contrato.

27. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS VEDAÇÕES**

27.1. É vedado à **Contratada**:

27.1.1. A subcontratação integral ou parcial do objeto contratado.

27.1.2. Caucionar ou utilizar este Contrato para quaisquer operações financeiras.

27.1.3. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **Contratante**, salvo nos casos previstos em lei.

28. **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO NEPOTISMO**

28.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010 fica vedada a contratação:

28.1.1. De empregado ou dirigente da **Contratante** como pessoa física;

28.1.2. De quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com dirigente da **Contratante** ou com empregado da **Contratante** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;

28.1.3. De empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **Contratante** há menos de (06) seis meses;

28.1.4. De empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na **Contratante**, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

29. **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

29.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

29.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

29.3. A Parte Receptora garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

29.4. A Parte Receptora, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da Parte Receptora, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

29.5. A Parte Receptora deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

29.6. A Parte Receptora deverá notificar a Parte Reveladora, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a Parte Reveladora, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

29.7. A Parte Receptora deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da Parte Reveladora.

29.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

29.9. As Partes "Reveladora e Receptora", por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais."

30. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA VINCULAÇÃO**

30.1. Consideram-se integrantes do presente Instrumento Contratual os termos do Projeto Básico e seus Anexos, a Proposta da **Contratada**, no que couber, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

31. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

31.1. Os casos omissos serão decididos, segundo as disposições contidas, na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, suas alterações, e demais legislações pertinentes, bem como às normas e condições estabelecidas no presente Contrato.

32. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

32.1. A **Contratante** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **Contratada** com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **Contratada**, de seus funcionários, prepostos, subordinados ou representantes;

32.2. A **Contratada** deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

33. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

33.1. A publicação do extrato do presente Contrato será providenciada pela **Contratante**.

34. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO FORO**

34.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Porto Alegre, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão deste Contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

E por estarem justas e acordadas firmam o presente instrumento.

Pela Contratante:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Superintendente Regional

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gerente de Finanças e Administração

Pela Contratada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA MARIA SEIBERT DOS SANTOS MARCAL, Pregoeiro(a) - Conab**, em 09/03/2026, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50862949** e o código CRC **46E666B8**.

Referência: Processo nº.: 21453.000267/2024-24

SEI: nº.: 50862949